

A ESCALADA MILITAR AO GOVERNO E SUAS CONSEQUÊNCIAS PARA A AMAZÔNIA

Vinícius Brito da Silva Machado

■■■ HEINRICH BÖLL STIFTUNG
RIO DE JANEIRO
Brasil





FICHA TÉCNICA

Autor

Vinicius Brito da Silva Machado

Revisão

**Marcelo Montenegro,
Marilene de Paula,
Licio Caetano do Rego Monteiro,
Renata Albuquerque Ribeiro**

Diagramação

Beto Paixão
[behance.net/betopaixao](https://www.behance.net/betopaixao)

Machado, Vinicius Brito da Silva

A escalada militar ao governo e suas consequências para a Amazônia [livro eletrônico] / Vinicius Brito da Silva Machado. -- 1. ed. -- Rio de Janeiro : Fundação Heirich Böll, 2023.

PDF

ISBN 978-65-87665-15-3

1. Amazônia - Aspectos sociais 2. Brasil. Forças armadas - Ocupação 3. Ditadura - Brasil - História 4. Governo militar - Amazônia - História 5. Impacto ambiental - Amazônia 6. Militarismo - Amazônia

I. Título.

23-149449

CDD-355.098113

A ESCALADA MILITAR AO GOVERNO E SUAS CONSEQUÊNCIAS PARA A AMAZÔNIA

Vinícius Brito da Silva Machado¹

1. Doutorando em Direito pela Universidade Federal do Pará (UFPA), Mestre em Antropologia e Bacharel em Direito, ambos os títulos pela UFPA. Membro da Associação Brasileira de Antropologia (ABA) e da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). Membro do grupo de pesquisa Cidade Aldeia e Patrimônio na Amazônia, da Clínica de Direitos Humanos da Amazônia da UFPA e do escritório de advocacia Machado, Brito, Will, Macedo & Pimentel Sociedade de Advogados. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0745494190799893>. E-mail: vinicius_s.m@hotmail.com.

RESUMO

O presente artigo apresenta uma análise crítica sobre o processo de militarização na Amazônia, suas implicações no campo agrário e territorial, com especial destaque para os impactos nos povos e comunidades tradicionais e indígenas. Será analisado como a escalada militar, a partir do governo Lula, passando pelo governo Dilma, até o governo de Michel Temer, se desenvolve dentro do Ministério da Defesa e as consequências desse processo no atual governo Bolsonaro. Apresentamos a “política militar” (MATHIAS, et al, 2019) e seu avanço na Amazônia a partir de uma “cortina de fumaça” (PAJOLLA, 2021, apud ASTRINI, 2021) que busca dar às ações militares uma neutralidade patriótica protecionista que, ao ser comparada com as medidas legislativas do atual governo e os dados sobre o desmatamento da Amazônia, entram em contradição. Esse texto apresenta uma revisão bibliográfica sobre a militarização da Amazônia, observando dados oficiais e tendo como base artigos, livros, dissertações, teses, reportagens, relatórios e normas que versam sobre a questão.

PALAVRAS-CHAVE

Amazônia; Militarização; Governo Bolsonaro;
Povos e Comunidades Tradicionais.



INTRODUÇÃO

Esse artigo aborda a militarização da Amazônia brasileira a partir de um resgate histórico, observando os gastos com as forças armadas do período da ditadura militar até os gastos do atual governo Bolsonaro com o Ministério da Defesa, passando pelos governos Lula, Dilma e Temer. Busca analisar as políticas de defesa do território e seus custos e também como esse movimento vem sendo desenvolvido nos últimos anos.

Em agosto de 2019, o governo Bolsonaro assinava um decreto de GLO (Garantia da Lei e da Ordem) que autorizava o emprego das Forças Armadas na Amazônia². A justificativa principal era de combater a série de queimadas que ocorria na região. Desde então, foram realizadas duas operações de GLO ambientais, chamadas Verde Brasil 1 e 2. A última, que durou quase um ano, terminou em abril, mas a presença militar foi prorrogada em localidades mais devastadas até, pelo menos, 31 de agosto de 2021. A última, a operação Sumaúma, durou quase um ano e terminou em abril, mas para muitos, esta ação foi um fracasso, visto o alto índice de desmatamento nos anos seguintes. Porém, faz-se necessária uma análise mais profunda sobre a participação dos militares na Amazônia.

Ademais, existem outros pontos a se investigar, como a visão e o papel dos povos indígenas no debate sobre defesa e infraestrutura. Uma possível retomada do que houve durante o período da ditadura, com inúmeras

2. "A Amazônia Internacional, ou Panamazônia, é a maior floresta tropical do mundo, ocupando um espaço de cerca de 7.000.000 km² que se estende ao longo de oito países - Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Peru, Venezuela, Guiana e Suriname -, além da Guiana Francesa, de domínio do Estado francês. O território brasileiro engloba aproximadamente 61% da Amazônia, o que contribui para entender porque o país recebe, em geral, um foco de atenção maior quando se analisam as dinâmicas da região" (SCHWERTNER, 2021, p.10).

iniciativas de melhoria na infraestrutura local e enormes impactos socioambientais, como a rodovia transamazônica e a usina hidroelétrica de Tucuruí.

Há que se verificar também a relação com outros atores que atuam na região. Por décadas a região sofre com a invasão de grileiros que invadem áreas públicas e territórios indígenas e de comunidades tradicionais. Há também um avanço da mineração na região, seja em unidades de conservação ou tentativas em terras indígenas. E a região também é visada pelo crime organizado e, especificamente pelo narcotráfico como rota das drogas.

Importante, portanto, analisar como esses diferentes sujeitos interagem e se relacionam com os militares (estariamos diante de um fortalecimento de uma “militarização”?) e como essas interações afetam as relações de poder na Amazônia, contribuindo ou não para um conflito agrário e territorial cada vez mais latente. Esses são alguns pontos que levantamos e refletimos nesse texto.

No primeiro tópico do texto apresentamos os elementos históricos da militarização, desenvolvendo pontos centrais para entender o atual modelo que está em andamento na política bolsonarista. Para isso, analisamos as políticas que foram desenvolvidas ao longo dos governos ditatoriais militares, suas estratégias e a constituição de um colonialismo interno militar que consolidou o desenvolvimentismo econômico da época.

Nos tópicos segundo, terceiro e quarto, apresentamos como os governos Lula, Dilma e Temer contribuíram para a ascensão das Forças Armadas ao Poder Executivo, e como os investimentos no Ministério da Defesa e o aumento paulatino de militares em cargos civis contribuíram para o desenvolvimento da atual conjuntura.

No tópico quinto são apresentadas, em específico, as políticas e as ações pensadas para a Amazônia pelo governo Bolsonaro, considerando os gastos com o Ministério da Defesa e suas especificações para as operações na região, o suposto combate aos crimes ambientais e sua relação com a total falta de efetividade desses instrumentos. Também são comparados os gastos com essas estratégias e seus efetivos resultados.

No último tópico desse artigo apresentamos a relação dos povos e comunidades tradicionais com as atuais políticas e suas consequências, demonstrando como o discurso e as práticas de uma nova política assimilacionista vêm ganhando força e se fortalecendo com políticas militarizadas para a Amazônia.

[1]

GOVERNO DITATORIAL. 1964-1985

A ocupação militar na Amazônia é um processo de longa data e tem um ciclo de avanços e retrocessos que varia com o governo instituído e suas bases ideológicas imprimidas. Com o golpe civil militar³ de 1964, a política voltada para a Amazônia avançou rumo a uma estratégia desenvolvimentista e vários projetos começaram a ser planejados e executados:

Em 1966 é lançada a operação Amazônica e criada a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam), e alguns anos depois, o Plano de Integração Nacional - instituído pelo decreto nº 1106 de 1970, e assinado pelo ditador Emilio Garrastazu Médici, nele estava prevista a construção das quatro principais estradas na região: BR - 230 (Transamazônica), BR 163 (Cuiabá-Santarém), BR- 210 (Perimetral Norte) e a BR 319 (Manaus-Porto Velho). Na norma, foi reservada faixa de terra de até cem quilômetros à esquerda e à direita das rodovias projetadas para projetos de colonização, que seriam organizados tanto pelo estado quanto pela própria iniciativa privada (MILANEZ, 2015, p. 66).

3. 'Defendo a interpretação de que em 1964 houve um golpe de Estado, e que este foi resultado de uma ampla coalizão civil-militar, conservadora e antirreformista [...]. Entretanto, não endosso a visão de que o regime político subsequente tenha sido uma 'ditadura civil-militar' ainda que tenha tido entre os seus sócios e beneficiários amplos setores sociais que vinham de fora da caserna, pois os militares sempre se mantiveram no centro decisório do poder' (NAPOLITANO, 2014, p. 9-11).

Todas essas obras causaram impactos e criaram inúmeros problemas para os povos indígenas e comunidades tradicionais na Amazônia. Esses objetivos conflitavam com os interesses dos povos indígenas, pois grandes projetos pensados para esse período se localizavam em territórios indígenas. Uma política de ocupação territorial foi implementada para a efetivação desses empreendimentos, ou seja, "com o golpe, os militares tinham meios para pôr em prática um plano de ocupação de maior fôlego" (VALENTE, 2017, p. 25) e os povos indígenas passaram a ser uma questão de segurança nacional, pois sua existência conflitava com os interesses da caserna e dessa forma a militarização no território amazônico avançou à base da repressão.

No sul do Pará a exploração de minério no que viria a ser, em 1980, o Projeto Grande Carajás. Como infraestrutura de apoio, iniciam-se a Hidrelétrica de Tucuruí e a estrada de Ferro Carajás. Todas essas obras impactam diretamente vários povos indígenas da região. Os Parakanã, por exemplo, contatados e removidos para possibilitar a estrada Transamazônica, seriam removidos novamente para dar lugar ao lago de Tucuruí. Seriam deslocados cinco vezes entre 1971 e 1977 (BRASIL, 2014, p. 210).

Além dos povos indígenas, os povos da floresta foram afetados por essa ocupação ditatorial da Amazônia. O Plano de Integração Nacional (PIN) era uma medida estratégica de integração do território amazônico à dinâmica econômica nacional. Para fortalecer a infraestrutura e ampliar as formas de exploração dos recursos naturais, os militares implementaram a máxima "terra sem homem para homem sem-terra" visando incentivar a migração de mão de obra para a construção dos seus projetos.

O Plano de Integração Nacional (PIN), anunciado em 1970 pelo general Emílio Garrastazu Médici, previa a abertura de estradas ligando as regiões centrais do Brasil à região amazônica, e está(-sic) ao Nordeste - o projeto de "terra sem homens para homens sem-terra" -, tentativa também de reduzir a tensão no campo em áreas marcadas pelo conflito por terras. A Transamazônica, a Cuiabá-Santarém e a BR 364, porém, trouxeram mudanças irreparáveis aos povos já instalados naquela região. Os anos da ditadura militar testemunharam consequências arrasadoras aos povos da floresta, que sofreram a violência e o desmatamento como a outra

face do modelo de desenvolvimento e integração levado a cabo pelos militares. A reação dos “povos da floresta” foi duramente reprimida pelos militares, e enfrentada com extrema violência pelos capangas dos novos empresários e fazendeiros ocupantes daquelas terras. (BRASIL, 2014, p. 137).

Em síntese, nesse período os governos militares tiveram como intento ocupar o território para desenvolver as formas de exploração dos recursos naturais à custa de vidas, pregando haver um vazio demográfico, mito desmentido e refutado por diversos trabalhos. Para alcançar o propósito militar foram desenvolvidas estruturas administrativas⁴ que proporcionaram o avanço desenvolvimentista e com ele a militarização da Amazônia. Por exemplo, a construção de novas instituições e as reformulações de órgãos e instituição de entes da administração pública que não eram mais úteis foram estratégias utilizadas para promover, dessa forma, uma reforma administrativa⁵ que viabilizou o colonialismo interno militar.

Em síntese, alguns objetivos do Plano eram: busca pelo potencial econômico da região; incentivo ao desenvolvimento; formação de grupos populacionais estáveis, especialmente nas fronteiras; adoção de uma política imigratória para a região, com aproveitamento de excedentes populacionais de outras regiões brasileiras, especialmente o Nordeste (MIRANDA, 2017, p. 11).

Essa estratégia se converteu em gastos reais com o PIN. Conforme nos indica Pires (2019) em sua dissertação: “entre os anos 1964 e 1966, o Ministério da Viação e Obras Públicas, no qual está inserido o setor de Transportes, é o que tem o maior volume de verbas fixadas, praticamente um terço do que foi planejado para o conjunto de ministérios, mostrando que esse setor sempre foi prioritário” (2019, p. 33). Os gastos realizados pelo governo ditatorial são prova da execução de sua estratégia e podem ser observados na seguinte tabela, de elaboração de Pires (2019):

4. “Pensando nos esforços do regime militar para demonstrar seu alcance, seu caráter de ‘provedor do desenvolvimento’ e reforçar seu poder, são criados dispositivos governamentais especialmente voltados para região amazônica. Nesse sentido, temos a SUDAM (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia), fundada em 1966 para substituir a SPVEA (Superintendência de Valorização da Amazônia). Seu principal objetivo era a execução do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, conforme sua última reelaboração de 1966” (MIRANDA, 2017, p. 10).

5. “Uma estrutura que foi classificada como parte do setor econômico do governo, segundo o art. 39 do decreto que o criou, dispondo sobre a organização da administração federal do governo ditatorial, estabelecendo diretrizes para uma reforma administrativa que concentrou as agências responsáveis por providenciar a materialização do plano de desenvolvimento, sendo que um dos principais empecilhos para a sua efetivação eram os povos indígenas. A junção desses interesses facilitou o colonialismo interno, produzindo a sua versão ditatorial militar” (SILVA MACHADO, 2019, p. 70).

TABELA 1
PERCENTUAL DE DESPESA DA UNIÃO
POR ÓRGÃO DE GOVERNO, 1964-1985

ANO/ÓRGÃO DE GOVERNO	AERONÁUTICA	EDUCAÇÃO E CULTURA	EXÉRCITO/GUERRA	MARINHA	SAÚDE	TRANSPORTES	OUTROS
1964	5,48	9,89	6,86	3,95	3,71	-	70,11
1965	6,45	9,89	11,04	5,92	3,04	-	63,66
1966	5,85	11,25	10,85	5,09	4,39	-	62,57
1967	6,20	9,92	9,51	5,23	3,53	-	65,61
1968	5,83	8,93	10,08	4,83	2,78	17,22	50,33
1969	5,82	7,94	9,31	4,78	2,65	20,75	48,75
1970	7,88	8,91	13,68	6,87	2,63	31,12	28,91
1971	9,69	10,75	19,80	9,45	2,53	22,99	24,79
1972	9,49	11,2	18,69	9,22	2,29	24,99	24,12
1973	9,7	10,39	18,19	9,11	2,23	25,84	24,54
1974	9,22	10,73	15,27	8,48	2,34	26,98	26,98
1975	7,34	11,66	12,63	6,99	2,25	28,05	31,08
1976	5,66	10,58	6,21	4,75	2,22	32,65	37,93
1977	6,1	7,63	6,47	4,19	2,63	31,74	41,24
1978	4,24	9,39	6,47	4,21	2,87	34,05	38,77
1979	4,13	9,16	6,36	4,14	2,83	31,77	41,61
1980	3,7	10,11	5,49	3,92	2,66	27,25	46,87
1982	5,47	13,39	6,29	4,94	2,93	35,6	31,38
1983	5,78	13,56	6,52	4,82	2,35	35,05	31,92
1984	8,29	14,15	6,04	5,28	3,3	33,99	28,95
1985	8,51	14,6	5,69	5,09	4,76	32,54	28,81

Fonte: IBGE - Anuário estatístico do Brasil (1963-1990). Elaboração: PIRES, 2019.

Dessa feita é possível observar que os gastos militares com os projetos, incluindo os voltados para a Amazônia, notadamente os de infraestrutura, demonstrado na coluna referente aos gastos com transporte, em especial a construção de rodovias, são destacados nos números apresentados e conforme Pires:

Quando se avaliam as verbas por ministério (Tabela 1), embora não se possa comparar com as verbas fixadas por função, nota-se que a distribuição anteriormente avaliada se repete. Entre os anos 1964 e 1966, o Ministério da Viação e Obras Públicas, no qual está inserido o setor de Transportes, é o que tem o maior volume de verbas fixadas, praticamente um terço do que foi planejado para o conjunto de ministérios, mostrando que esse setor sempre foi prioritário. (2019, p. 33).

Assim, uma reflexão ampla da tabela 1 aponta que o orçamento como reflexo das prioridades estratégicas governamentais do plano desenvolvimentista foi uma realidade concreta e implementada, pois durante e principalmente os primeiros anos de governos militares os gastos foram vultuosos e demonstram o empenho em implementar o PIN.

Os dados também sugerem que havia interferência dos militares nos assuntos orçamentários. Do contrário, como explicar que os percentuais indicados para o Ministério do Exército sejam maiores do que os da Educação justamente nos anos mais duros do período militar, período em que o ensino ganha status de prioridade social nos planos de governo (PIRES, 2019, p. 33).

Conforme o exposto, é possível notar que a militarização da Amazônia no período da ditadura militar esteve ligada à implementação de projetos de infraestrutura e à expansão das políticas de ocupação territorial e, com isso, à violação dos direitos dos povos e comunidades tradicionais que viviam na Amazônia.

Ficou patente a responsabilidade do Estado no “esbulho de terras indígenas” e nas “graves violações dos direitos humanos associadas à extração de madeira e minérios, à colonização e a obras de infraestrutura”, especialmente após 1968, quando “grandes interesses privados são favorecidos diretamente pela União, atropelando os direitos

dos índios”. Essa não é, certamente, uma questão apenas amazônica. Mas é na Amazônia que ela ganha proporções gigantescas, pelo vigor com que os planos governamentais desenvolvimentistas incidem sobre esse território, pela presença marcante dos povos tradicionais que há séculos ocupam essas terras, pela sede com que o capital privado investiu na região (BIANCHEZZI et al, 2015, p, 112).

Desde a redemocratização e promulgação da Constituição de 1988 já são oito governos democraticamente eleitos: José Sarney (1985-1990), Fernando Collor de Mello (1990-1992), Itamar Franco (1992-1994), Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), Dilma Vana Rousseff (2010-2016), Michel Miguel Elias Temer Lulia (2016-2018) e Jair Messias Bolsonaro (2019-2022). Todos esses governantes têm em suas mãos o poder das Forças Armadas, segundo o artigo 8º da Constituição Brasileira que determina “o emprego das Forças Armadas, na defesa da Pátria, dos poderes constitucionais, da lei e da ordem, é da responsabilidade do Presidente da República, que o determinará aos respectivos Ministros Militares” (BRASIL, 1988).

A partir de 1986 entra em vigor no Brasil um regime político democrático, com eleições diretas, de modo que o presidente da República é escolhido pelo voto popular. Por ironia, o atual governante do país é um militar reformado eleito por esse meio. Portanto, quem exerce poder sobre os militares, em última análise, é o povo. Da mesma forma, a estrutura que mantém as Forças Armadas é sustentada pelas riquezas do País e pelos impostos pagos pela população. Contudo, as políticas de militarização da Amazônia, implementadas durante o governo ditatorial, deixaram seus rastros e legado na estrutura política do país e tiveram sua manutenção nos governos democráticos acima enumerados.

O regime militar brasileiro acabou há 30 anos, [o texto foi escrito em 2014, por isso o número corrigido para a data de hoje é de 36 anos do fim da ditadura] mas seu legado e seus fundamentos permanecem. E, em algumas situações, são resgatados com as tintas da democracia. Na Amazônia, a herança é mais evidente nas esferas das estruturas do poder criado para “desenvolver” a região,

nos impactos ambientais causados por grandes obras sem estudo prévio e na violação dos direitos dos povos indígenas e comunidades tradicionais. O alerta foi o teor do debate “Amazônia contra o autoritarismo – 50 anos depois”, promovido pelo Ministério Público Federal na sexta-feira (28), na Universidade Federal do Amazonas (Ufam) (FARIAS, 2014).

Na reportagem “Herança’ da ditadura militar no país ainda permanece na Amazônia”, Elaíze Farias aponta para um fato constante em todos os governos, uns mais, outros menos, uns com tons democráticos mais nítidos, outros nem tanto, qual seja, que as políticas de infraestrutura, que não respeitam os povos e comunidades tradicionais, para a Amazônia se mantêm.

A sombra do regime militar também permanece na retomada de obras planejadas naquele período. O exemplo mais notório são as obras de usinas hidrelétricas, sendo que a mais emblemática é Belo Monte, projetada nos anos 70 e que foi desengavetada no governo Lula e executada no governo Dilma. A diferença é a consolidação de movimentos sociais que se fortaleceram para confrontar estes projetos (FARIAS, 2014).

Essa é uma estratégia que avança ao longo dos governos, variando em grau e liberdade democráticas.

[2]

GOVERNO LULA (2003-2010)

No período do governo Lula, é importante analisar suas políticas como o Programa Calha Norte⁶, o projeto que desenvolveu o Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM)⁷ e a manutenção de órgãos governamentais como a SUDAM (Superintendência para o Desenvolvimento da Amazônia), o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) e até mesmo a Zona Franca de Manaus. Percebe-se “a manutenção dos mesmos moldes e interesses econômicos e políticos construídos já naquele período [o ditatorial]” (FARIAS, 2014). Outro ponto que ajuda a compreender essa continuidade são as ações e as estratégias pensadas para as fronteiras brasileiras.

6. “O Estado brasileiro criou o Programa Calha Norte, 1985, durante o governo Sarney, com o objetivo de aumentar, em sua área de atuação, a presença do poder público, eliminando vácuos de poder, contribuindo para a defesa nacional, proporcionando assistência às suas populações e fixando o homem na região. Não obstante, foram criados o Programa Nossa Natureza, 1988, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, também no mesmo governo. Conforme Silva (pg. 43) “(...) a soberania nacional foi utilizada como centro de argumentação para defender os direitos do país sobre seu território” (SCHWAIZER, 2015, p. 6).

7. “Além disso, com o objetivo de combater a produção e o tráfico de drogas, preservar o meio-ambiente e controlar as questões relativas ao crime organizado internacional, o Estado criou o projeto militar SIVAM - Sistema de Vigilância da Amazônia - que entrou oficialmente em vigor no ano de 2002 e viabiliza vigilância de 5,2 milhões de km². Antiquera (pg. 162) expõe que o governo brasileiro afirmava que o projeto SIVAM seria uma forma de afastar a presença norte-americana na região e Fernando Henrique oferece, durante a VII Reunião de Ministros das Relações Exteriores da então OTCA, o compartilhamento do sistema aos demais Estados amazônicos” (SCHWAIZER, 2015, p. 11).

Nesse momento de transição, mesmo os programas de cunho militar para as fronteiras, como o Tratado de Cooperação Amazônica (1978) e o Programa Calha Norte (PCN) (1985), passam a incluir a cooperação com os vizinhos e aspectos civis. Programas que buscam desenvolver econômica e socialmente a faixa de fronteira (muitos deles buscando cooperação com os vizinhos) passam a conviver com os projetos e programas de vertente militar, sobretudo a partir do segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso (1999-2002) (SCHERMA, 2016, p.66).

Programas que seguiram com o governo Lula foram mantidos e aperfeiçoados em sua gestão. As fronteiras⁸ são pensadas com o intuito de fortalecer e criar laços com as nações vizinhas, ampliando as relações econômicas e o desenvolvimento da Amazônia em parceria com as demais nações da Pan Amazônia. Para isso foi criado um programa específico para a faixa de fronteira brasileira, o Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PDFF), que propõe “o fortalecimento das regiões de fronteira e de seus subespaços, envolvendo a Amazônia, a região central e o Mercosul, configura-se como uma oportunidade de adquirir a competitividade necessária para o desenvolvimento sustentável integrado com os países da América do Sul” (BRASIL, 2009, p. 10).

O PDFF estrutura-se em torno de quatro grandes diretrizes: i) fortalecimento institucional; ii) desenvolvimento econômico integrado; iii) cidadania; e iv) marco regulatório. Desta forma, o PDFF sobressai-se entre todas as demais políticas públicas para a faixa de fronteira já realizadas pelo Brasil, uma vez que inclui aspectos muito pouco explorados em iniciativas anteriores, destacando-se a cooperação com os países vizinhos (SCHERMA, 2016, p.69).

Com essa iniciativa, um programa visando ao desenvolvimento socioeconômico e à cooperação nas fronteiras não significou, porém, que o

8. “O Brasil é o maior país da América do Sul, apresentando 15.719 km de fronteiras terrestres com nove países mais a Guiana Francesa. A faixa de fronteira brasileira abarca onze Unidades da Federação (UFs), 588 municípios e mais de 10 milhões de habitantes. A extensão de suas fronteiras e o número de países com os quais faz divisa conferem à região papel central na integração regional com os vizinhos sul-americanos e também no desenvolvimento do país” (SCHERMA, 2016, p.66).

governo Lula deixaria de lado as ações relativas à segurança e à defesa. Nesse sentido, é importante recordar que o governo revisou a Política de Defesa Nacional (PDN), tendo sido aprovada a nova versão em 2005 (SCHERMA, 2016) e editada uma versão em 2012 contendo os dois documentos. Ao contrário da PDN de 1996, o documento avança na delimitação de conceitos fundamentais, como defesa e segurança.

Para contrapor-se às ameaças à Amazônia, é imprescindível executar uma série de ações estratégicas voltadas para o fortalecimento da presença militar, a efetiva ação do Estado no desenvolvimento sustentável (social, econômico e ambiental) e a ampliação da cooperação com os países vizinhos, visando à defesa das riquezas naturais (BRASIL, 2012, p. 31).

Assim, três diretrizes estratégicas da segunda PDN, como bem destaca Scherma (2016), envolvem diretamente as fronteiras. São elas: “aprimorar a vigilância, o controle e a defesa das fronteiras, das águas jurisdicionais e do espaço aéreo do Brasil”; “implementar ações para desenvolver e integrar a região amazônica, com apoio da sociedade, visando, em especial, ao desenvolvimento e à vivificação da faixa de fronteira”; e “atuar para a manutenção de clima de paz e cooperação nas áreas de fronteira” (BRASIL, 2012).

No tocante às medidas no âmbito militar, cabe destacar dois momentos. Primeiro, a publicação da Política de Defesa Nacional, em junho de 2005, reinserindo o tema na agenda política (BRASIL, Decreto nº 5.484, 2005). E o lançamento da Estratégia Nacional de Defesa – END, no final de 2008, e as diretrizes para consolidação do papel do Ministério da Defesa na hierarquia de comando das três forças singulares (Brasil, Estratégia Nacional de Defesa, Decreto nº 6.703, 2008, pág. 12) em um movimento de aproximação com o poder civil, visando à integração com órgãos governamentais e com a sociedade. (NASCIMENTO, 2011, p. 44)

Foram políticas vistas como uma tentativa de modernizar o poder militar brasileiro. O END também ressaltou a importância da presença mi-

litar nas fronteiras brasileiras e destacou a região amazônica como a de maior atenção. Então, “neste sentido, ressalta-se que a END reconhece a impossibilidade de ‘onipresença’ das Forças Armadas nas fronteiras, dadas as dimensões continentais do país e todas as dificuldades intrínsecas” (SCHERMA, 2016, p.71). Foram medidas que tentaram colocar uma outra forma de desenvolvimento para a Amazônia. O END afirmou uma defesa da Amazônia ativa, visando ao desenvolvimento sustentável e à regularização fundiária da região:

O desenvolvimento sustentável da região amazônica passará a ser visto, também, como instrumento da defesa nacional: só ele pode consolidar as condições para assegurar a soberania nacional sobre aquela região. Dentro dos planos para o desenvolvimento sustentável da Amazônia, caberá papel primordial à regularização fundiária. Para defender a Amazônia, será preciso tirá-la da condição de insegurança jurídica e de conflito generalizado em que, por conta da falta de solução ao problema da terra, ela se encontra (BRASIL, 2008, p. 26).

Contudo, o desenvolvimento sustentável na Amazônia foi pouco notado durante o governo petista⁹, basta citar a construção da hidrelétrica de Belo Monte e todos os seus efeitos perversos para os povos e comunidades tradicionais da região do rio Xingu. Sobre a regularização fundiária, a Amazônia é um espaço de total desordem, havendo diversos trabalhos comprovando o caos fundiário existente na região. Além desses pontos, é importante notar a curva ascendente de investimentos no Ministério da Defesa na gestão Lula. A tabela abaixo apresenta a porcentagem do orçamento destinado à Defesa em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro.

9. Grandes avanços foram percebidos durante os governos “é essencial, todavia, manter em mente que o Estado não é um bloco monolítico e homogêneo suas ações refletem o resultado de um complexo jogo de poder, o qual parte da interação entre atores diversos e, por isso, conta com diferentes focos de pressão, projetos de desenvolvimento e interesses” (SCHERMA, 2016, p.66).

TABELA 2
ORÇAMENTO DO MINISTÉRIO DA DEFESA – GOVERNO LULA (2003-2010)

ANO	ORÇAMENTO DO MINISTÉRIO DA DEFESA	PRODUTO INTERNO BRUTO-PIB	PORCENTUAL DO ORÇAMENTO EM RELAÇÃO AO PIB
2002	28 bilhões	1,48 trilhão	1,89
2003	25 bilhões	1,71 trilhão	1,5
2004	28 bilhões	1,95 trilhão	1,46
2005	33 bilhões	2,17 trilhões	1,52
2006	35 bilhões	2,40 trilhões	1,48
2007	39 bilhões	2,72 trilhões	1,46
2008	44 bilhões	3,10 trilhões	1,43
2009	50 bilhões	3,33 trilhões	1,53
2010	59 bilhões	3,88 trilhões	1,53

FONTE: Siga Brasil, valor em reais indexado pelo IPCA, extraído em 05 de novembro de 2021.

Um aumento progressivo e constante do orçamento, para alguns, representa um aumento da influência militar dentro do governo e, para outros, um perigo para a segurança nacional, pois não representaria uma quantia adequada para as grandes tarefas existentes envolvendo o Ministério da Defesa.

Pesquisadores acadêmicos, profissionais da Defesa e líderes políticos que consideram pequeno o gasto com Defesa brasileiro costumam alegar que os valores não conseguem fazer frente às responsabilidades e vocações político-estratégicas do Brasil. Sustentam, ainda, que é baixo o percentual do PIB destinado ao MD [Ministério da Defesa], em comparação com os países do BRICS e da América do Sul. Por outro lado, não faltam os que sustentam ser o gasto com Defesa no Brasil suficiente para as necessidades nacionais ou, até, mais elevados do que o necessário (PIRES, 2019, p.39).

Entre esses debates, é possível notar um aumento concreto com gastos destinados ao Ministério da Defesa. “Isso indica que há sinais, ainda que não consolidados, de uma disposição do Governo Federal em recompor e atualizar os equipamentos das forças armadas(sic), pois somente no médio prazo poderá se aferir a consistência no aporte de recursos” (NASCIMENTO, 2011, p. 56). Recursos esses que são em sua grande maioria destinados a gastos com pessoal, como nos indica Nascimento:

Pode-se observar que após a queda dos valores nos anos de 2002 e 2003, há uma tendência de crescimento dos gastos orçamentários em defesa no país. Mesmo assim, quando comparado com os outros países da América do Sul, o Brasil está na quarta colocação em termos gastos como proporção do PIB (1,67%), estando atrás de Colômbia, Chile e Equador. Soma-se a isso que ao se analisar os programas do Ministério da Defesa, verificou-se que historicamente em torno(sic) 76% dos valores são referentes a gastos com pessoal (aposentadorias, pensões e ativos) e despesas administrativas, em sua maioria de caráter obrigatório, representando R\$ 45,2 bilhões de um total de R\$ 59,3 bilhões no ano de 2010 (2011, p. 56).

Em seu artigo “Dimensões e aplicações do Orçamento de Defesa do Brasil”, Vitelio Brustolina (2013) “a fim de dimensionar os gastos militares do Brasil, portanto, são aqui apresentadas comparações desse orçamento em relação ao de outras nações. Da mesma forma, são traçadas comparações das previsões orçamentárias da Defesa diante de outras pastas da União” (BRUSTOLINA, 2013, p.39), de maneira a apresentar a relevância dos gastos utilizados na defesa nesse período.

Em relação aos gastos com Defesa, de acordo com dados do Stockholm International Peace Research Institute (SIPRI), o Brasil despontou em 2012 em décimo primeiro lugar com US\$ 33,8 bilhões e a equivalência de 1,5% do próprio PIB. Dentre os maiores países da América do Sul, o Brasil foi o que mais gastou em Defesa na média de 2000 a 2012 em dólares deflacionados. Na(sic) composição dos Brics, o Brasil fica apenas à frente da África do Sul e atrás

da Rússia, Índia e China, na média de 2000 a 2012 em despesas militares deflacionadas. Os maiores gastos são da China com uma média anual deflacionada de US\$ 91.118 bilhões; a Rússia desponta em segundo lugar com 57.379 US\$ bilhões; a Índia vem em seguida com US\$ 38.029 bilhões; o Brasil fica em quarto com US\$ 30.240 bilhões e, por fim, a África Sul com US\$ 4.314 bilhões (BRUSTOLINA, 2013, p.40).

[3]

GOVERNO DILMA (2011-2016)

A presidenta Dilma Rousseff ampliou o espaço físico dedicado aos militares na área do Palácio do Planalto, bem como concedeu aumento orçamentário e de recursos humanos. “Três novos anexos foram construídos nos fundos da sede do governo federal para abrigar mais funcionários contratados pelo Gabinete de Segurança Institucional, a antiga Casa Militar que perdera influência nos anos 1999” (MONTEIRO & NOSSA, 2012). Além do aumento do espaço físico e do número de agentes na ativa, a Presidência elevou os gastos com a espionagem oficial, ações que refletem no aumento do orçamento do Ministério da Defesa, de forma contínua ao longo dos anos que governou, conforme nos indica a tabela a seguir.

E dentro desse panorama, a Amazônia aparece como um item importante a ser defendido e priorizado, visando ao seu desenvolvimento e à presença das Forças Armadas. Repudiar qualquer ato de tutela ou de ações estrangeiras que venham a interferir nos interesses nacionais foi uma justificativa utilizada para manter o crescente investimento no orçamento do Ministério da Defesa, sendo uma parcela considerável para a defesa militar da Amazônia, conforme nos indica o PND assinado pela presidenta Dilma:

TABELA 3
ORÇAMENTO DO MINISTÉRIO DA DEFESA – GOVERNO DILMA (2011-2016)

ANO	ORÇAMENTO DO MINISTÉRIO DA DEFESA	PRODUTO INTERNO BRUTO-PIB	PORCENTUAL DO ORÇAMENTO EM RELAÇÃO AO PIB
2011	61 bilhões	4,37 trilhões	1,41
2012	66 bilhões	4,81 trilhões	1,38
2013	70 bilhões	5,33 trilhões	1,33
2014	76 bilhões	5,77 trilhões	1,33
2015	81 bilhões	6,00 trilhões	1,36
2016	110 bilhões	6,26 trilhões	1,35

FONTE: Siga Brasil, Valor em reais indexado pelo IPCA, extraído em 05 de novembro de 2021.

A Amazônia representa um dos focos de maior interesse para a defesa. A defesa da Amazônia exige avanço de projeto de desenvolvimento sustentável e passa pelo trinômio monitoramento/controle, mobilidade e presença. O Brasil será vigilante na reafirmação incondicional de sua soberania sobre a Amazônia brasileira. Repudiará, pela prática de atos de desenvolvimento e de defesa, qualquer tentativa de tutela sobre as suas decisões a respeito de preservação, de desenvolvimento e de defesa da Amazônia. Não permitirá que organizações ou indivíduos sirvam de instrumentos para interesses estrangeiros – políticos ou econômicos – que queiram enfraquecer a soberania brasileira. Quem cuida da Amazônia brasileira, a serviço da humanidade e de si mesmo, é o Brasil. (PND-END, 2012, p. 54)

Além do progressivo aumento dos gastos com os militares, aumentaram as operações e a utilização da força repressiva militar durante o governo da petista. Foram diversas as operações militares no seu governo, variáveis de tipo e locais. Foram realizadas em âmbito urbano nas fronteiras nacionais, tanto as de curta quanto as de longa duração, como as que estiveram voltadas para defesa da Amazônia Azul:

Durante o governo Dilma Rousseff (2011-2016), foram realizadas 27 operações no âmbito das UPPs na cidade do Rio de Janeiro e outras 11 nas áreas de fronteiras. Essas últimas respondem ao Plano Estratégico de Fronteiras (PEF), concebido em tal governo e dividido em três núcleos principais: a) as operações eventuais e de curta duração (Ágata); b) o Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (Sisfron); e c) o Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (Sisgaaz) (MATHIAS, et al, 2019, p. 154).

Importante destacar que as operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) foram transformadas em política de governo na gestão petista. Foi incorporada como missão das Forças Armadas uma política militar¹⁰, fato que teve consequências nos governos subsequentes. A GLO passou a ser utilizada como recurso constante e presente em diversas situações:

Cabe destacar que foi sob os governos do Partido dos Trabalhadores que as operações de Garantia da Lei e da Ordem se transformaram em política de governo, tendo sido formalizadas e normalizadas como uma das principais missões das Forças Armadas. Assim, tais operações deixaram de ser a exceção para se transformar em regra. Duas são as hipóteses para tal uso das Forças Armadas pelo governo liderado pelo PT. Por um lado, acompanhando proposta de Hunter (1996), o governo forneceu “brinquedinhos” para as Forças Armadas de tal modo que elas deixaram o centro mais visível da política, permitindo ao governo, dessa forma, tomar as medidas que lhe garantissem governabilidade – na medida em que se tratava de um governo de esquerda convivendo com uma burocracia autônoma e comprometida com o regime anterior (MATHIAS, et al, 2019, p. 164).

Isso foi uma opção perigosa que abriu caminho para as Forças Armadas mais uma vez se consolidarem como um ente autônomo e com expres-

10. “O primeiro e mais importante termo que se necessita compreender é ‘política militar’. Emprega-se a expressão estritamente no sentido de operacionalização das Forças Armadas no exercício da política de defesa. Considera-se que a política de defesa tem nas Forças Armadas seu principal, mas não único, ator. Sabe-se também que a política militar não deveria se resumir à operacionalização das Forças Armadas. O recorte estrito da expressão ‘política militar’ empresta-lhe um caráter procedimental justificado pela análise que aqui se deseja fazer. Entende-se, por-tanto, política militar como o emprego das Forças Armadas para cumprir os objetivos da política de defesa. Nesse sentido, se as operações de Garantia da Lei e da Ordem (GLO) são a principal demanda pelo emprego das Forças Armadas, então tais operações constituem o principal núcleo da política militar do governo” (MATHIAS, et al, 2019, p. 138).

são, construindo assim bases sólidas para ingressar com força no campo político e ter potencial para apresentar à disputa eleitoral um general como candidato à Vice-Presidência e um capitão reformado à Presidência, tendo êxito nesse feito:

Por outro lado, as Forças Armadas não necessitavam ser reformadas para atender às novas demandas sociais que o governo desejava implementar e nem podiam ser ‘aparelhadas’, como é possível, em alguma medida, com a burocracia civil. A isso se somaram a crença na competência técnica e a adesão social ao emprego das Forças Armadas na implementação de políticas eminentemente civis, tendo, em primeiro plano, a segurança pública. Com isso se inaugurou uma nova fase, vencida a resistência da caserna, sem retorno, na qual as Forças Armadas continuam exercendo sua autonomia ao mesmo tempo em que voltam a ser ‘capitães do mato’. O pior de tudo isso é que tanto elas quanto os governos que as empregam veem isso com orgulho, esquecendo-se de que, ao transformá-las em forças de segurança, abre-se mão das forças de defesa (MATHIAS, et al, 2019, p. 164).

Somado ao progressivo crescimento em investimento, outro fator que contribuiu para o fortalecimento das Forças Armadas foi o aumento de militares no Ministério da Defesa. Os governos do PT permitiram o aumento da militarização nesse Ministério, representando uma “oportunidade perdida” de ampliar o controle civil sobre os militares. Essa afirmação é o resultado de um levantamento feito pelos pesquisadores Juliano Cortinhas e Marina Vitelli (2020). Na avaliação do estudo, a ausência de uma política dos governos petistas para desenvolver a hierarquia civil sobre as Forças Armadas deu causa e foi fator principal para que os militares se sentissem à vontade em assumir maior protagonismo político nos últimos anos, em especial nos governos de Michel Temer (2016-2018) e do atual presidente, Jair Bolsonaro.

Em 2003, quando Luiz Inácio Lula da Silva assumiu a Presidência, a composição do Ministério da Defesa era regida pelo Decreto 3.466, de 17 de maio de 2000. O Decreto previa muitas competências para o Ministério, mas a estrutura organizacional era precária. O ministério era composto por poucos órgãos, todos com estrutura simplificada. Havia apenas 1091 posições previstas para servidores,

entre cargos em comissão, gratificações de representação, cargos de confiança e funções. A distribuição de cargos privilegiava os militares, com a previsão de 566 gratificações exclusivas para eles e 525 cargos e gratificações que podiam ser ocupadas tanto por civis quanto por militares (CORTINHAS & VITELLI, 2020, p.192).

A estrutura do Ministério da Defesa foi reelaborada também no governo Dilma, no qual seu comando foi centralizado na Secretaria Geral (SG), uma tentativa de deslocar as forças e enfraquecer o comando militar do Ministério. Contudo, isso não se verificou e a situação se agravou, de forma que as capacidades de controle por parte dos militares na prática se ampliaram com essa alteração.

A próxima reforma do Ministério da Defesa somente foi aprovada no terceiro ano do primeiro mandato de Dilma Rousseff, por meio do Decreto 7974, de 1º de abril de 2013. Como no Decreto anterior, houve modificações importantes. A principal delas foi a criação de um órgão central de direção: a Secretaria Geral (SG), que passou a congregar, abaixo de si, todas as demais secretarias do ministério. A importância da SG se encontra no fato de que foi pensada para ser ocupada por servidor de total confiança do ministro da Defesa e que pudesse contrabalançar a importância do chefe do EMCFA. Desse modo, abaixo do ministro, os dois principais órgãos do ministério seriam, em paralelo, a Secretaria-Geral e o Estado-Maior (sic) Conjunto das Forças Armadas. Enquanto o ministro da Defesa fosse civil, imaginava-se que o secretário geral também seria, o que não se consolidou no tempo. Percebe-se, com isso, que o fortalecimento do Ministério da Defesa pela criação de uma estrutura com três posições principais (ministro, secretário geral e chefe do EMCFA) não levou automaticamente ao estabelecimento de meios de reduzir a autonomia das três forças armadas. Elas continuaram posicionadas em paralelo à estrutura do Ministério, estando ligadas diretamente ao ministro de Estado (CORTINHAS & VITELLI, 2020, p.193).

O aumento dos militares no controle do Ministério da Defesa significou um constante avanço do número de militares no governo, nos escalões menores. Com a criação de novos postos, graça ao avanço no investimento, a

quantidade de militares foi superior à de civis em seu preenchimento, gerando aumento de influência de forma capilarizada dentro do Ministério, uma movimentação estratégica gestada dentro da governança petista de forma exponencial e, de uma certa forma, condescendente.

Como ponto de partida, é importante reafirmar que o Partido dos Trabalhadores promoveu um aumento de 60% no número de posições no Ministério da Defesa (de 818 para 1309) de 2003 a 2016. Esse aumento, porém, não se deu de modo igual para militares e civis. Waldir Pires assumiu um ministério com igualdade de cargos de civis e militares. Ao entregar a gestão, Aldo Rebelo deixou um órgão bastante dominado pelos militares, que possuíam 730 cargos exclusivos, enquanto o total de cargos que poderiam ser ocupados por civis era de apenas 530. O aumento no número de cargos civis foi de 42,1%, enquanto a elevação dos cargos militares foi de 77,5% (CORTINHAS & VITELLI, 2020, p.203).

Uma tabela diferente do que se esperava com as promessas e campanha dos anos 2002, nas quais o PT era visto como grande esperança e avanço do Estado Democrático de Direito. Estado que necessita da contenção das Forças Armadas para seu bom desenvolvimento, o que não foi percebido, e seu revés se tornou realidade.

A eleição de Lula, em 2002, deu-se a partir do argumento de que era necessária uma mudança nas relações de poder na sociedade brasileira. No âmbito das relações civis-militares, porém, tal mudança não foi realizada. Em mais de 13 anos, o PT não foi capaz de avançar, ao contrário do que afirmam alguns estudiosos, na imposição do controle civil sobre as forças armadas, um dos pilares fundamentais dos Estados democráticos (CORTINHAS & VITELLI, 2020, p.209).

Fato que frustra todas as expectativas que estavam depositadas, pois ao perceber que “os governos do PT representaram uma grande oportunidade perdida para o estabelecimento do controle civil sobre os militares no Brasil, o que pode ter contribuído decisivamente para que seja possível o forte intervencionismo militar na política brasileira que se observa na

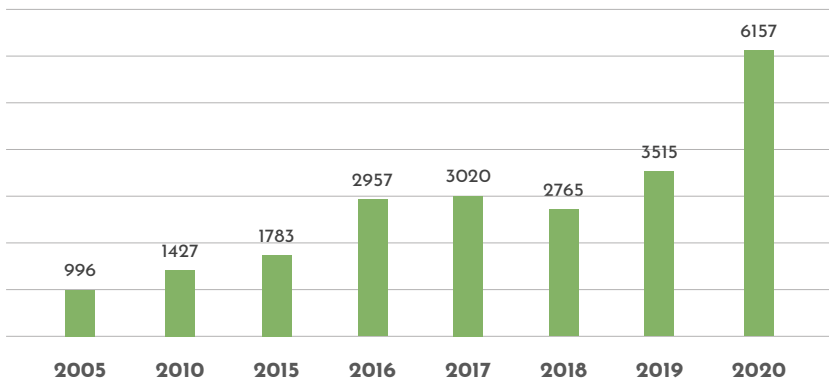
atualidade” (CORTINHAS & VITELLI, 2020, p.211). Se durante os governos progressistas não foi possível a contenção dos militares, com a atual conjuntura isso seria inalcançável, o que tem efeito direto no quadro de militarização da Amazônia, como exemplo as operações GLO recentes.

Se governos de tendências mais progressistas foram incapazes de fazer as necessárias reformas no ministério, a tendência atual é de total destruição dos poucos avanços alcançados ao longo dos governos do PT. Como o controle civil sobre as forças armadas nunca foi estabelecido plenamente no país, a democracia brasileira nunca deixou de estar sob grande risco” (CORTINHAS & VITELLI, 2020, p.211).

A capilarização da participação militar no Ministério da Defesa possibilitou aos militares a ampliação de seu campo de influência e poder como também a ocupação de outros postos além os do seu Ministério em uma ascendência constante que pode ser observada pela análise dos dados no gráfico seguinte:

GRÁFICO 1

MILITARES CEDIDOS PARA CARGOS CIVIS NO GOVERNO FEDERAL: 2005 A 2020



FONTE: Siape/Atlas do Estado Brasileiro e TCU. ELABORAÇÃO: (NOZAKI, 2021, p.10).

Rafael Santos, na reportagem do site Consultor Jurídico intitulada “Mais de 6 mil militares já exercem funções civis no governo federal”, afirma que, segundo o TCU, o governo federal “conta atualmente com 6.157 militares em funções civis. O número representa um aumento de 108,22% em relação a 2016. A informação é da Secretaria-Geral de Controle Externo do Tribunal de Contas da União e foi levantada a pedido do ministro Bruno Dantas” (2021). Um quadro que se verifica completo pois os dados enquadram “os militares, ativos e na reserva, que compõem os cargos civis do governo, comparando os últimos três governos, abrangendo os anos de 2016, 2017, 2018, 2019 e 2020. No levantamento foi utilizado o mês de março de cada ano como parâmetro de comparação” (SANTOS, 2021). Panorama esse que vem sendo desenvolvido desde os governos petistas, sendo notória o acentuado aumento com o governo atual.

A informação reforça o caráter militar do governo do presidente Jair Bolsonaro. O Ministério da Saúde, que vem sendo alvo de críticas pela política claudicante de combate ao avanço da Covid-19 no país, por exemplo, emprega 1.249 militares. Um aumento de 94,55% em relação a 2016. Entre os ocupantes de cargos comissionados, o número de militares também cresceu. Atualmente 2.643 estão em postos do tipo. Outros 1.969 estão atuando no INSS em regime de contrato temporário. Além dos dados do TCU, levantamento feito pelo Poder360 mostra que atualmente 8.450 militares da reserva trabalham em comandos, ministérios e tribunais militares. Do montante, 4.451 são do Exército, 3.923 integram a Aeronáutica e 76 são ligados à Marinha. Esses profissionais recebem um bônus de 30% sobre o salário. (SANTOS, 2020).

Com o golpe jurídico-político de 2016, esse quadro seguiu a tendência de crescimento. O número de militares continuou crescendo, como indicado pelo gráfico anterior, e o investimento, como os gastos no Ministério da Defesa, seguiu aumentando, dessa maneira, o poder e a influência das Forças Armadas se desenvolve, conforme nos indica a tabela com o orçamento do Ministério da Defesa durante o Governo Temer:

[4]

GOVERNO TEMER (2016-2018)

TABELA 4

ORÇAMENTO DO MINISTÉRIO DA DEFESA — GOVERNO TEMER (2016-2018)

ANO	ORÇAMENTO DO MINISTÉRIO DA DEFESA	PRODUTO INTERNO BRUTO-PIB	PORCENTUAL DO ORÇAMENTO EM RELAÇÃO AO PIB
2016	110 bilhões	6,26 trilhões	1,35
2017	112 bilhões	6,60 trilhões	1,41
2018	112 bilhões	6,79 trilhões	1,46

FONTE: Siga Brasil, Valor em reais indexado pelo IPCA, extraído em 05, de novembro de 2021.

No governo Temer, os militares avançam em sua tomada silenciosa e constante do poder. Avança a militarização do Poder Executivo, inicia-se a inserção de generais em campos estratégicos do governo e ocorre uma nova reestruturação do Ministério da Defesa. Foi a primeira vez desde a

criação do Ministério da Defesa em 1999¹¹ que o cargo passou a ser ocupado por um militar, o general Joaquim Luna e Silva.

A escolha do general demonstra a crescente militarização do governo Temer, marcada pelos decretos de Garantia da Lei e da Ordem (GLO), da intervenção federal no Rio de Janeiro e da lei que transfere para a Justiça Militar o julgamento de militares que cometerem crimes contra civis. Os militares também exercem cargos de importância em outros setores chave(sic) do governo, como a Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), a Fundação Nacional do Índio (Funai) e a Casa Civil (JUSTIFICANDO, 2018).

O governo Temer foi o responsável por completar o que faltava para colocar os militares em local de destaque na opinião pública nacional. “Desde os atos a favor do impeachment de Dilma Rousseff em 2015 que vinham aparecendo, em manifestações de rua, pedidos por intervenção militar - e estes ganharam força nos protestos de caminhoneiros” (FRANCO & ODILLA, 2018), movimento que cresceu em credibilidade e aceitação.

Pesquisa Datafolha feita em julho de 2017 mostrou que as Forças Armadas são a instituição em que brasileiros depositam mais confiança no país hoje, enquanto o Congresso, a Presidência e os partidos políticos caíram em descrédito. O governo do presidente Temer, por sua vez, é considerado ruim ou péssimo por 70% dos brasileiros, também segundo o Datafolha (FRANCO & ODILLA, 2018).

Conjuntura que se consolidou e se aprofundou com as eleições presidenciais de 2018. Jair Messias Bolsonaro, do PSL, foi eleito o 38º presidente da República ao derrotar¹², em segundo turno, o petista Fernando Haddad, interrompendo um ciclo de vitórias do PT que vinha desde 2002. Com isso a militarização do Executivo avançou e a Amazônia passou a ser prioridade nos planos da caserna, como veremos na próxima sessão.

11. “A criação do Ministério da Defesa, em 1999, teve como objetivo afastar o histórico ruim da ditadura militar. O modelo de Fernando Henrique, de inspiração americana, tinha por objetivo colocar nas mãos dos civis as decisões sobre defesa nacional, deixando para os militares seu planejamento e execução. A pasta foi criada em substituição ao Ministério da Aeronáutica, do Exército, da Marinha e do Estado Maior, e gerou insatisfação entre os militares. A pasta, no entanto, sempre foi frágil institucionalmente, dependendo desde o início de relações apaziguadoras com os militares” (JUSTIFICANDO, 2018).

12. Com 94,44% das seções apuradas, Bolsonaro alcançou 55.205.640 votos (55,54% dos válidos) e não podia mais ser ultrapassado por Haddad, que naquele momento somava 44.193.523 (44,46%). Com 100% das seções apuradas, Bolsonaro recebeu 57.797.847 votos (55,13%) e Haddad, 47.040.906 (44,87%).

[5]

GOVERNO BOLSONARO (2020-ATUAL)

Um governo que nasceu em uma aliança entre setores da extrema direita brasileira fortalecida pelo golpe de 2016. “Eleito por uma coalização de conveniências, Bolsonaro deu continuidade a uma agenda conservadora, inaugurada com o golpe de 2016, mas a aprofundou na direção da extrema direita ou de um populismo de direita” (TUBINO et al, 2020, p. 310). Uma posição política “ultra-neoliberal” (TUBINO et al, 2020) que trouxe consigo um plano econômico baseado na dilapidação do patrimônio nacional como a “salvação” dos problemas nacionais, com consequências em diversas áreas:

A inflexão e radicalização políticas, a partir de 2019, trouxeram consequências para a agenda da terra, com a radicalização da pauta neoliberal para o campo. Procurando implementar uma pauta ultra-neoliberal, os planos econômicos de Paulo Guedes estão reduzidos a privatizações (simplesmente “vender tudo o que for possível”), incluindo a autorização da venda de terra para estrangeiros. No entanto, a crise sanitária causada pela covid-19, e o aprofundamento das crises econômica e social (especialmente o desemprego, mas também os números de mortos pelo Coronavírus)

em 2020, paralisaram a agenda de privatizações no Brasil (TUBINO et al, 2020, p. 310).

Ligada a essa posição, ataques às garantias constitucionais, conquistadas mediante a luta de gerações de brasileiras e brasileiros, são o centro da estratégia de propaganda do novo líder do Executivo, pois “o governo Bolsonaro é movido por uma guerra cultural, que resulta em ataques verbais e medidas contra direitos sociais, trabalhistas, ambientais, inclusive contra direitos de minorias e direitos territoriais de povos indígenas, quilombolas e demais povos do campo” (TUBINO et al, 2020, p. 310). Esse é o contexto marcado pela entrada absoluta e massiva dos militares no poder político, consolidando um quadro que vinha se desenhando ao longo dos últimos anos.

Explicitando uma lógica militar e política de confronto, as ações governamentais retiram direitos ou fragilizam os órgãos estatais (com o corte de recursos orçamentários, por exemplo) responsáveis pela implementação de políticas públicas para o campo. Essa lógica, além de deslegitimar as bandeiras históricas de luta (especialmente com a acusação de que é comunismo ou bandeiras contra o Brasil), aumenta os conflitos e provoca desastres ambientais (como, por exemplo, o aumento descontrolado do desmatamento e das queimadas na Amazônia)” (TUBINO et al, 2020, p. 310).

Uma lógica que atacou de forma direta os povos e comunidades tradicionais do campo e da floresta. “As anti-agendas agrária, indígena, quilombola e ambiental são representações claras do caráter antissistema do governo Bolsonaro” (TUBINO et al, 2020, p. 310). Uma lógica marcada por uma efetivação tanto a nível do Legislativo, com uma grande quantidade de projetos de leis, decretos e medidas provisórias, quanto a nível do Executivo, com a militarização de diversos setores do governo.

Portanto, os anos de 2019 e 2020 foram marcados por medidas governamentais, de um lado, de apoio ao grande agronegócio (inclusive sustentando o argumento que este setor agroexportador é a solução para a crise econômica) e, de outro, por uma lógica anti-terra

e antissocial, violando direitos dos povos do campo. A edição de inúmeras MPs (com destaque para a MP 910) e decretos materializam essa anti-agenda, mas o sucateamento do estado merece atenção. Além da militarização, autarquias e órgãos responsáveis por ações de fiscalização (a exemplo do Ibama) ou de implementação de políticas fundiárias (Incrá, Funai, FCP) foram sucateados e desidratados em suas missões constitucionais (TUBINO et al, 2020, p. 310).

Segundo a pesquisa elaborada pelo site metrópoles, com base nos dados do TCU, “Em 70 órgãos, militares ocupam 18,3% dos 14,6 mil cargos comissionados no governo Bolsonaro. Do total de 2.673 integrantes das três Forças nessas funções, 2.075 são da ativa e 598, da reserva” (MARCHESINI, 2021), os dados são de março de 2021¹³. Uma presença massiva conforme indica a pesquisa:

A presença de militares é disseminada no governo federal e não se restringe às Forças Armadas e respectivas entidades vinculadas. Em todo o período analisado, 83 órgãos chegaram a ter militares da reserva em cargos comissionados. Em março deste ano, 70 unidades da administração federal registravam pelo menos um. Os militares da ativa estão concentrados no Ministério da Defesa. Dos 2.075, 2.059 estão na pasta ou em um dos comandos das três Forças. Há 16 integrantes ativos das Forças Armadas em órgãos que não têm ligação com a carreira. Eles estão na Presidência da República e nos ministérios da Economia, da Educação, da Infraestrutura, da Saúde, do Meio Ambiente e de Minas e Energia (MARCHESINI, 2021).

Avanço significativo que fica bem demonstrado com o próximo quadro, que apresenta o número de militares, ativos e aposentados, em diversas pastas do governo. Apresentamos as que possuem maior expressão, com 5 ou mais militares efetivos.

13. “O material coletado abrange apenas o período a partir de 2020, porque, antes disso, não havia listagem disponível dos militares da reserva. Esse conteúdo não era divulgado pelo Ministério da Defesa até a Fiquem Sabendo, agência especializada na Lei de Acesso à Informação, recorrer ao TCU para que as informações fossem publicizadas. A entidade ganhou a causa em junho deste ano e as informações foram publicadas retroativamente até janeiro de 2020” (MARCHESINI, 2021).

QUADRO 1

MILITARES NO GOVERNO

ÓRGÃO	APOSENTADO	ATIVO	TOTAL GERAL
Agência Nacional de Aviação Civil	7	-	7
Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocom.	7	-	7
Amazônia Azul Tecnologias de Defesa S.A.	57	-	57
Comando da Aeronáutica	34	365	399
Comando da Marinha	12	455	467
Comando do Exército	13	1235	1248
Comissão Nacional de Energia Nuclear	5	-	5
Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte.	7	-	7
Empresa Brasil de Comunicação	6	-	6
Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares	10	-	10
FUNAI	22	-	22
Fundação Osório	6	-	6
Indústrias Nucleares do Brasil	7	-	7
IBAMA	5	-	5
Instituto nacional de metrologia qualidade e tecnologia	8	-	8
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações	19	-	19
Ministério da Defesa	84	4	88
Ministério da Economia	12	3	15
Ministério da Educação	11	1	12
Ministério da Saúde	25	2	27
Ministério de Minas e Energia	11	1	12
Ministério do Meio Ambiente	10	2	12
Superintendência da Zona Franca de Manaus	11	-	11
Presidência da República	106	4	110
Vice Presidência da República	17	-	17

FONTE: (MARCHESINI, 2021).

Uma estratégia que não é novidade: utilizar mudanças legislativas e posições do Poder Executivo para implementar planos de desenvolvimento já foi um meio utilizado em outros momentos da história brasileira, como foi apresentado no item 1 desse texto. Como desdobramento dessa “política militar” (MATHIAS, et al, 2019), a militarização é uma consequência prática.

Ela vem sendo desenvolvida na região amazônica. Assim, “a militarização na Amazônia tem sido a estratégia utilizada para o reposicionamento do governo federal no território amazônico” (CARDOSO et al, 2020). Usando diversas fontes como meio de avançar, “utiliza recursos diversos entre eles os oriundos da operação Lava jato(sic) 84% do que foi recuperado por esta operação está sendo utilizado no combate ao desmatamento na Amazônia mediante o Ministério da defesa” (CARDOSO et al, 2020). Priorização essa que consta no PND-END da atual gestão do país:

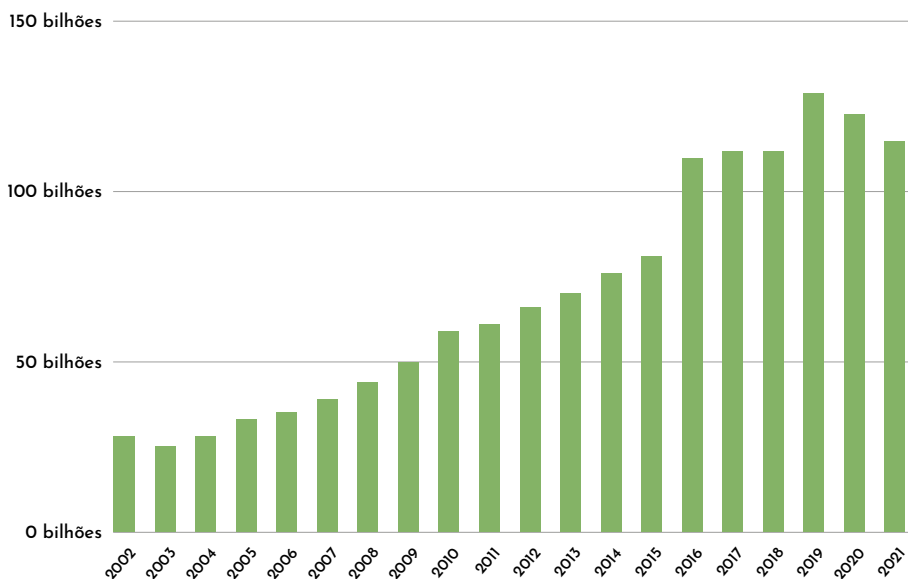
A Amazônia, assim como o Atlântico Sul, também é uma área de interesse geoestratégico para o Brasil. A proteção da biodiversidade, dos recursos minerais, hídricos, além do potencial energético, no território brasileiro é prioridade para o País. A dissuasão deve ser a primeira postura estratégica a ser considerada para a defesa dos interesses nacionais naquela região. A exploração e o desenvolvimento socioeconômico da Amazônia, de forma sustentável, continuarão a ser vitais para a integração nacional, exigindo o incremento das capacidades de prover segurança e soberania, intensificando a presença militar e a efetiva ação do Estado, evitando que entidades exógenas influenciem as comunidades locais. Para a ampliação dessa segurança, é imprescindível o fortalecimento da cooperação e da integração com os demais países amazônicos (PND-END, 2020, p.33).

Para isso, além dos recursos oriundos da Operação Lava Jato, o orçamento do Ministério da Defesa segue a tendência dos governos anteriores, isto é, em franco crescimento. Entretanto, no atual governo, esta curva tem

se acentuado para um aumento de 15,6% em 2019 com relação ao ano de 2015. O próximo gráfico demonstra essa curva ascendente:

GRÁFICO 2

ORÇAMENTO DO MINISTÉRIO DA DEFESA - 2002 A 2021



FONTE: Siga Brasil, valor em reais indexado pelo IPCA, extraído em 05 de novembro de 2021.

ELABORAÇÃO: Autor, 2022.

Ou seja, esse crescimento ajuda a explicar o avanço dos militares nas várias esferas estratégicas do governo. Observa-se que, “em linhas gerais, o crescimento do orçamento da Defesa entre 2015 e 2019 é explicado pelo aumento das despesas primárias obrigatórias, que subiram em R\$ 10,30 bilhões em 2019, seguido pelas despesas discricionárias que aumentaram em R\$ 5,75 bilhões” (CARDOSO et al, 2020, p. 5). Com a Emenda Constitucional (EC)

97¹⁴, muitos gastos foram reduzidos e “cabe lembrar que, para o conjunto dos poderes, as despesas primárias discricionárias têm sido fortemente impactadas pelo Teto de Gastos, ao lado do impacto sobre despesas obrigatórias vinculadas à saúde e educação” (CARDOSO et al, 2020, p. 5). Entre 2015 a 2019, a execução orçamentária do Ministério da Educação reduziu 2,5% e do Ministério da Saúde cresceu apenas 3,5%” (CARDOSO et al, 2020).

Ou seja, há, no caso do Ministério da Defesa, um movimento na contramão da restrição orçamentária. Isto não configura ilegalidade dado que o Teto de Gastos é calculado não por órgãos, mas por poderes. Todavia, denota um significativo poder dos militares no gerenciamento do Orçamento Público, em detrimento de outras pautas, especialmente as políticas de garantia de direitos humanos, que sofreram cortes de gastos expressivos nos últimos anos, como o Inesc mostrou no relatório “O Brasil com baixa imunidade – Balanço do Orçamento Geral da União 2019” (CARDOSO et al, 2020, p. 5).

A próxima tabela apresenta os gastos do Ministério da Defesa em relação ao Produto Interno Bruto e a relação deste com a porcentagem do orçamento:

TABELA 5
ORÇAMENTO DO MINISTÉRIO DA DEFESA – GOVERNO BOLSONARO (2016-2018)

ANO	ORÇAMENTO DO MINISTÉRIO DA DEFESA	PRODUTO INTERNO BRUTO-PIB	PORCENTUAL DO ORÇAMENTO EM RELAÇÃO AO PIB
2019	128,6 bilhões	R\$ 7,3 trilhões	1,76
2020	122,9 bilhões	R\$ 7,5 trilhões	1,63
2021	114,9 bilhões	R\$ 8,7 trilhões	1,32

FONTE: Siga Brasil, valor em reais indexado pelo IPCA, extraído em 13 de janeiro de 2022.

14. “A Emenda Constitucional nº 95 (EC 95), de 15 de dezembro de 2016, estabeleceu o Novo Regime Fiscal - NRF no âmbito dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União, o qual vigorará por vinte exercícios financeiros. O NRF fixa limites individualizados para o Poder Executivo, para os órgãos dos Demais Poderes, Ministério Público da União - MPU e Defensoria Pública da União - DPU, para as despesas primárias dos órgãos integrantes daqueles orçamentos e estabelece, nos termos do § 1º do art. 107, o método para sua apuração. Ressalte-se que, no caso dos Poderes Legislativo, Judiciário, MPU e DPU, conforme a autorização contida nos §§ 7º e 8º do art. 107 do ADCT e o disposto no art. 27 da LDO 2019, caput e § 8º, suas despesas para o PLOA-2019 ficaram acima dos limites calculados, até o equivalente a 0,25% do teto do Poder Executivo. No entanto, de acordo com a referida base legal, esse excesso foi devidamente compensado nas despesas desse Poder” (TRE-PR, 2020).

Desse total é possível destacar o quanto foi utilizado para as ações do Ministério da Defesa com a Amazônia, conforme o estudo desenvolvido pelo Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC):

TABELA 6
RECURSOS DO MINISTÉRIO DA DEFESA PARA A AMAZÔNIA - 2018 A 2020

(valores em milhões de reais constantes)

AÇÃO	2018		2019		2020	
	Autorizado	Executado	Autorizado	Executado	Autorizado	Executado
20X4 - Manutenção do Sistema de Proteção da Amazônia - SIPAM	44,82	45,67	42,69	52,67	47,20	14,19
218X - Operações de Garantia da Lei e da Ordem	228,30	128,69	144,04	170,47	27,84	49,46
21BT - Proteção, Fiscalização e Combate a Ilícitos na Amazônia Legal	0,00	0,00	494,48	0,00	409,74	75,92
219C - Assistência Emergencial e Acolhimento Humanitário de Pessoas Advindas da República Bolivariana da Venezuela	0,00	0,00	275,05	264,33	302,35	91,57
1211 - Implementação de Infraestrutura Básica nos Municípios da Região do Calha Norte	380,02	292,00	207,34	94,31	493,01	178,35
Total:	653,14	466,35	1163,60	581,78	1280,13	409,48

ELABORAÇÃO: (INESP, 2020).

Esses gastos atualmente representam a tentativa de manter o que o PND-END tem previsto. Manteve uma estrutura, apenas na região amazônica, cujo efetivo do Ministério da Defesa, por meio das Forças Armadas, conta com mais de 18 mil militares (SOARES, 2020). A atuação

acontece em áreas federais, indígenas e de conservação nos Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Tocantins e Maranhão, além das principais e mais recentes operações das quais o Exército participou na Amazônia (SOARES, 2020).

O custo das operações de GLO (Garantia da Lei e da Ordem) das Forças Armadas na Amazônia aumentou 178% em 2020. No 1º ano em que esse tipo de operação na floresta tropical entrou no orçamento público, foram gastos R\$ 140 milhões. No próximo, foram R\$ 389 milhões. O aumento do financiamento das operações, no entanto, não teve como resultado a diminuição dos números de desmatamento na floresta amazônica. No ano de 2020, o desmatamento foi o maior dos últimos 12 anos, com 10,9 mil km² de área desmatada. (SOARES, 2021)

Para aumentar a presença militar na Amazônia, foi utilizado o aumento dos focos de incêndios, o que alcançou níveis históricos na Amazônia, segundo dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE). As notícias de incêndios estiveram nos jornais de diversos países em tom de preocupação, diante do negacionismo e da falta de ação do governo brasileiro, com a imagem vinculada às atitudes e decisões sobre a crise ambiental do chefe do Executivo nacional. Em resposta, o governo do presidente Jair Bolsonaro autorizou uma operação de GLO, denominada Operação Verde Brasil¹⁵, a primeira de uma série que aumentou a presença militar na Amazônia e reativou o Conselho Nacional da Amazônia Legal¹⁶, ambas respostas militarizadas e de cunho nacionalista.

15. Autorizada pelo DECRETO Nº 10.022 DE 20 DE SETEMBRO DE 2019 tendo seu prazo ampliado pelo DECRETO Nº 9.985 DE 23 DE AGOSTO DE 2019, que autoriza: "o emprego das Forças Armadas na Garantia da Lei e da Ordem e em ações subsidiárias na faixa de fronteira, nas terras indígenas, nas unidades federais de conservação ambiental e em outras áreas federais nos Estados da Amazônia Legal" (BRASIL, 2019).

16. Foi reativado mediante o DECRETO Nº 10.239, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2020. O artigo primeiro diz da transferência "Art. 1º Fica transferido o Conselho Nacional da Amazônia Legal do Ministério do Meio Ambiente para a Vice-Presidência da República" (BRASIL, 2020). Já os artigos segundo e terceiro falam das competências e objetivos do conselho. "Art. 2º Este Decreto dispõe sobre o Conselho Nacional da Amazônia Legal, órgão colegiado ao qual compete coordenar e acompanhar a implementação das políticas públicas relacionadas à Amazônia Legal; Art. 3º Compete ao Conselho Nacional da Amazônia Legal: I - coordenar e integrar as ações governamentais relacionadas à Amazônia Legal. II - propor políticas e iniciativas relacionadas à preservação, à proteção e ao desenvolvimento sustentável da Amazônia Legal, de forma a contribuir para o fortalecimento das políticas de Estado e assegurar a ação transversal e coordenada da União, dos Estados, dos Municípios, da sociedade civil e do setor privado; III - articular ações para a implementação das políticas públicas relacionadas à Amazônia Legal, de forma a atender a situações que exijam providências especiais ou de caráter emergencial; IV - opinar, quando provocado pelo Presidente da República ou por quaisquer de seus membros, sobre propostas de atos normativos do Governo federal relacionadas à Amazônia Legal; V - fortalecer a presença do Estado na Amazônia Legal; VI - acompanhar a implementação

A Operação Verde Brasil 1 foi “realizada de 24 de agosto a 24 de outubro de 2019. Combateu, segundo o Ministério da Defesa, 1.407 focos de incêndio por meio terrestre e 428 por meio aéreo” (FAGUNDES, 2021). Teve como resultado a apreensão de “23,5 mil m³ de madeira e uma aeronave. Aplicou infrações que resultaram em R\$ 141,9 milhões. Prendeu 127 pessoas” (FAGUNDES, 2021). Houve um grande deslocamento de militares e de recursos para essa operação, “9.747 pessoas, ao custo de R\$ 124,5 milhões. Foi mais que o orçamento do IBAMA para controle de incêndios e fiscalização no ano passado: R\$ 117,6 milhões” (RODRIGUES, 2020). Contudo, o maior avanço foi o aumento das Forças Armadas na Amazônia.

Decretada em 2019, a Operação Verde Brasil teve como objetivo empregar as Forças Armadas para conter os focos de calor e coibir crimes ambientais na Amazônia Legal. Todavia, a primeira GLO ambiental não teve resultados efetivos, mas deixou claro que os “guardiões da floresta”, como se autodenominam os militares, estavam controlando a crise. Na conjuntura das críticas internacionais por conta do aumento do número das queimadas, o Conselho Nacional da Amazônia Legal foi reativado pelo presidente Jair Bolsonaro no início de 2020, tendo sido transferido do Ministério do Meio Ambiente para a Vice-Presidência da República, ficando sob a chefia do general Hamilton Mourão. (BARBOSA, 2020)

A Operação Verde Brasil 2¹⁷ foi “realizada de 11 de maio de 2020 a 30 de abril de 2021, atuou no combate a ilícitos ambientais e focos de incêndio. De agosto de 2020 a abril de 2021, o desmatamento foi reduzido em 15% em comparação ao ciclo 2019/2020” (FAGUNDES, 2021). Ela teve um efetivo expressivo, “diariamente, participaram 2.500

das políticas públicas com vistas à inclusão social e à cidadania na Amazônia Legal; VII - assegurar o aperfeiçoamento e a integração dos sistemas de proteção ambiental; VIII - apoiar a pesquisa científica, o desenvolvimento tecnológico e a inovação; IX - coordenar as ações destinadas à infraestrutura regional; X - articular medidas com vistas ao ordenamento territorial; XI - coordenar ações de prevenção, fiscalização e repressão a ilícitos e o intercâmbio de informações; e XII - acompanhar as ações de desenvolvimento sustentável e o cumprimento das metas globais em matérias de adaptação e mitigação das mudanças climáticas; e XIII - coordenar a comunicação de ações e resultados inerentes ao Conselho” (BRASIL, 2020).

17. Foi autorizada pelo DECRETO Nº 10.341, DE 6 DE MAIO DE 2020 e prorrogada pelo DECRETO Nº 10.539, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2020, tendo como prazo “Art. 1º Fica autorizado o emprego das Forças Armadas na Garantia da Lei e da Ordem e em ações subsidiárias, no período de 11 de maio de 2020 a 30 de abril de 2021, na faixa de fronteira, nas terras indígenas, nas unidades federais de conservação ambiental e em outras áreas federais nos Estados da Amazônia Legal” (BRASIL, 2020).

militares, 62 viaturas, 2 navios, 24 embarcações e 7 aeronaves” (FAGUNDES, 2021). E, segundo as informações do Ministério da Defesa, houve os seguintes resultados:

Na operação, foram 335 prisões, 751 quilos de drogas apreendidos, 506.136 m³ de madeira, 990 veículos e tratores, 1.137 maquinários de mineração, 2.163 embarcações, 159.798 litros de combustível, 123.565 armas e munições, 374 balsas/dragas e acessórios de garimpo e 20 aeronaves. Foram aplicados 5.480 termos de infração, totalizando R\$ 3,352 bilhões em sanções. Segundo o ministério, a operação custou cerca de 1/10 desse valor” (FAGUNDES, 2021)

A operação Sumaúma¹⁸ ocorreu entre o dia de 28 de junho a 31 de agosto de 2021. Essa operação foi realizada em terras indígenas, em unidades federais de conservação ambiental, em áreas de propriedade ou sob posse da União e, mediante requerimento do governador, em outros sítios do Estado. Todas as atividades ocorreram em conjunto com órgãos e agências de proteção ambiental e de segurança pública.

Quando comparados os meses de agosto de 2020 e de 2021, foram reduzidos os avisos de desmatamento na Amazônia Legal de 32,42%. Dentre os resultados, destaca-se: a apreensão de 8,5 mil m³ de madeira; 34.396 litros de combustível; 16 veículos diversos; 34 tratores, escavadeiras e caminhões; 28 armas; 137 maquinários de mineração e serraria; além da aplicação de 189 multas, que resultaram em R\$ 270,3 milhões em sanções” (FAGUNDES, 2021).

Já a operação Amazônia foi o maior exercício de defesa externa já realizado pelo Comando Militar da Amazônia, pois durou 5 meses, até setembro de 2021. “A ação envolve a combinação de táticas de resistência, ofensivas, defensivas e contraforças irregulares com a participação de 3.800 militares” (FAGUNDES, 2021). Uma série de treinamentos que tem como intuito o treinamento das tropas e o aumento da presença militar na região amazônica:

18. Operação SAMAÚMA foi estabelecida pelo DECRETO Nº 10.730, DE 28 DE JUNHO DE 2021 e teve como objetivo, de acordo com o artigo segundo do diploma jurídico: “Art. 2º O emprego das Forças Armadas de que trata este Decreto tem como objetivo realizar ações preventivas e repressivas contra delitos ambientais, em especial o desmatamento ilegal” (BRASIL, 2021).

São utilizados na Operação Amazônia – assim como em diversas outras ações conduzidas pelo Exército (Operação Covid, Operação Acolhida), múltiplos modais de transporte. São empregadas aeronaves militares e civis, balsas, embarcações regionais e ferry-boats, além de veículos e viaturas especiais. A última fase da simulação conta com veículos blindados, viaturas, helicópteros, embarcações e peças de artilharia (FAGUNDES, 2021).

Desde 2019, o governo Bolsonaro, em suas posições voltadas para as questões socioambientais referentes a Amazônia, vem se valendo da “política militar” (MATHIAS, et al, 2019), contudo, os dados demonstram que a estratégia fracassou, pois “em 2019, a devastação na Amazônia teve o maior aumento proporcional do século: 34%. Em 2020, a área desmatada superou os 10 mil km², maior número desde 2008. Em dois anos de governo Bolsonaro, a floresta perdeu 21 mil km²” (PAJOLLA, 2021). Segundo o que demonstram os dados, os planos militares não chegaram perto de cumprir seu “objetivo”:

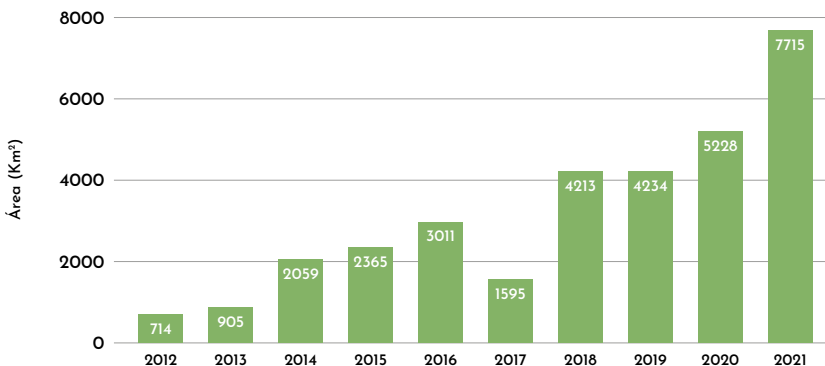
Nas palavras do ambientalista Marcio Astrini, o esforço militar não passa de uma “cortina de fumaça”. “O exército está sendo usado em prol do Bolsonaro e não em prol da floresta. Ele usa as Forças Armadas para dar uma resposta que não tem efetividade, mas serve para compor a narrativa de que ele está agindo contra o desmatamento (...) “Não adianta enviar militares para Amazônia, mas enquanto isso conduzir uma política de favorecimento do crime, congelando multas ambientais, liderando exportação ilegal de madeira, auxiliando grileiros de terra e garimpeiros ilegais atuarem em áreas protegidas”, afirma Astrini, secretário-executivo do Observatório do Clima” (PAJOLLA, 2021).

A “cortina de fumaça” (PAJOLLA, 2021, apud ASTRINI, 2021) também serve para manter o desmanche de órgãos como a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO) e o Ministério do Meio Ambiente (MMB). Órgãos que tiveram seu orçamento reduzido e seus funcionários perseguidos observam as Forças Armadas intitulado-se como “os guardiões da floresta amazônica” e tomando da esfera civil essa responsabilidade.

O desmonte do Ibama e do ICMBio e a preferência pela militarização se traduzem em números. Em fevereiro deste ano, Mourão afirmou que a Operação Verde Brasil 2 custou R\$ 410 milhões. “Não é uma operação extremamente cara”, declarou à época em entrevista coletiva. O custo, no entanto, é quase o dobro dos orçamentos somados do Ibama (R\$ 135 milhões) e do ICMBio (R\$ 73 milhões) aprovados para 2021. Neste ano, vetos presidenciais reduziram o custeio das autarquias em 130 milhões, na comparação com o ano passado (...) “As GLOs custam caríssimo, enquanto Ibama e o ICMBio estão sendo boicotados de todas as maneiras, na questão da estrutura orçamentária, na questão de logística, de planejamento e principalmente na questão de perseguição aos funcionários públicos que trabalham nesses órgãos”, pontua Marcio Astrini (PAJOLLA, 2021).

Essas condutas não alcançaram resultados práticos no combate ao desmatamento, o pretendido objetivo das operações, pois este continuou aumentando, conforme nos indica o gráfico abaixo, com base nos dados do Sistema de Alerta de Desmatamento (SAD), do Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon):

GRÁFICO 3 DESMATAMENTO DA AMAZÔNIA



FONTE: SAD/Imazon.

Além dessas questões, o governo federal colocou na direção desses órgãos gerais das Forças Armadas para dirigir e comandar as frágeis políticas públicas. A consolidação da militarização do governo tomou contornos mais elásticos e avançou.

O atual governo além de tacitamente desconsiderar as muitas vulnerabilidades pelas quais historicamente já se encontram suscetíveis os biomas do país, age de modo a ampliar ainda mais as fragilidades de áreas de preservação, desmontando a governança ambiental instituída em 1988 na Constituição Federal e se negando a fazer políticas públicas adequadas para a promoção da defesa do meio ambiente (OBSERVATÓRIO DO CLIMA, 2021). Esse contexto insere o país em um abismal paradoxo: instituições que, em tese, deveriam atuar para proteção do meio ambiente agem sem nenhum tipo de pudor em uma ofensiva institucional contra o meio ambiente, colaborando ativamente para a produção de um desastre global já anunciado (BIODIVERSIDAD LA, 2020). Nesse sentido, o que aflora em termos políticos, é um giro institucional que se manifesta pela conversão dos órgãos de proteção ambiental em verdadeiras máquinas de depredação da biodiversidade brasileira, produzindo, desse modo, uma fratura na lógica de defesa do meio ambiente, em que aqueles que deveriam protegê-lo agem para sua vulnerabilização e ataque (MISSIATO, Leandro, Et al, 2021, p. 86).

Somada à militarização do Executivo, as propostas de leis e emendas à Constituição mostram a outra frente de ação da direita “ultra-neoliberal” (TUBINO et al, 2020) com relação a Amazônia. Outros exemplos são:

Com a perda de validade da Medida Provisória nº 910, de dezembro de 2019, dois novos projetos de lei foram apresentados. Conhecidos como “PLs da Grilagem”, o PL 510/2021, proposto ao Senado e o PL 2633/2020, apresentado à Câmara, permitem regularizar milhares de hectares desmatados ilegalmente na Amazônia, ao propor nova regularização fundiária, por alienação ou concessão de direito real de uso, das ocupações de áreas de domínio da União. Também se encontra na Câmara o PL 490/2021, que permite ao governo, unilateralmente, retirar da posse de povos indígenas áreas oficializadas há décadas e expõe as Terras

Indígenas (TIs) para empreendimentos predatórios, como o garimpo (CNBB, 2020, p. 6).

Também, o Projeto de Lei 3.729/2004, após 17 anos de tramitação, encontrou terreno favorável na organização política atual da Câmara Federal, e foi aprovado por ela em 13/05/2021, por 300 votos e 122 contra. O PL 3.729 aprovado dispensa a licença ambiental para 13 atividades que podem gerar impactos negativos ao meio ambiente, “como a agricultura, a pecuária (com exceção da intensiva de médio e grande porte), a silvicultura, obras de instalação de redes de água e esgoto, manutenção de estradas e portos, redes de distribuição de energia, atividades militares e obras emergenciais de infraestrutura, além de obras consideradas de porte insignificante (sem definição do que seja insignificante)” (CNBB, 2020, p. 5). É um PL que tem impactos nocivos para todo o Brasil, com especial destaque para a Amazônia.

Para agravar ainda mais o ataque ao meio ambiente, o PL permite que obras de baixo e médio risco ambiental, inclusive mineração, possam ser aprovadas por meio de Licença por Adesão e Compromisso (LAC), ou como afirma Maurício Guetta, consultor jurídico do Instituto Socioambiental (ISA), “um licenciamento auto declaratório, sem a análise prévia do órgão ambiental, e emitido automaticamente a partir de informações preenchidas pelo próprio empreendedor” (CNBB, 2020, p. 5).

O novo marco legal para os licenciamentos ambientais também delimita a atuação de órgãos como o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), o ICMBIO e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), “fixa prazos para as respostas aos processos e confere autonomia para que os estados e municípios adotem procedimentos próprios para a concessão de licenças” (CNBB, 2020, p. 5).

Segundo Mauricio Correia, da Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais (AATR) e integrante da Campanha Nacional em Defesa do Cerrado, o PL 3729 praticamente torna o licenciamento ambiental em exceção ao invés de uma regra. Na prática,

flexibilizar o licenciamento, buscando transferir ao empreendedor eventuais ônus, efetivamente elimina a atuação preventiva, exercida pelos órgãos públicos, para legar ao meio ambiente futuras ações, na melhor das hipóteses, de natureza reparadoras. Ao ser encaminhada ao Senado, o vice-presidente do Senado, Veneziano Vital do Rêgo, do MDB da Paraíba, apresentou pedido de audiência pública na Comissão de Meio Ambiente, por considerar que dada a complexidade da questão envolvida, a matéria não pode ir para a votação direta no Plenário” (CNBB, 2020, p. 5).

É uma conjuntura alinhada com os objetivos das ações do governo federal e suas operações militares, pois, com a flexibilização das leis ambientais, o desmatamento segue aumentando, assim como a “cortina de fumaça” (PAJOLLA, 2021, apud ASTRINI, 2021) em torno da Amazônia e dos interesses que estão por traz de todas essas movimentações.

[6]

POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS DA AMAZONIA

Com o avanço da “política militar” (MATHIAS, et al, 2019), tanto no Poder Executivo, com o aumento de militares em todos os escalões do governo e de recursos para as diversas operações, quanto no Poder Legislativo, com o avanço de pautas “ultra-neoliberais” (TUBINO et al, 2020) em parceria com diversos setores, como o agronegócio, a mineração e a exploração de madeira, quem acaba pagando o preço de maneira mediata e imediata são os povos e comunidades tradicionais que vivem na Amazônia.

Essa renovação da militarização na Amazônia é uma renovação do colonialismo interno militar. “O princípio da diferença colonial, nas atuais políticas de meio ambiente, é facilmente observada na atuação do governo de Bolsonaro em que a linguagem colonial se faz explícita e sem nenhum tipo de pudor” (MISSIATO, Leandro, Et al, 2021, p. 91). Para eles, os povos e comunidades tradicionais são/continuam sendo um empecilho para

o desenvolvimento da nação, são classificados como inimigos e acusados dos problemas ambientais, como os grandes responsáveis pela queimada da floresta, conforme defende o atual presidente. Transformados, pelo discurso e prática federal, em não-humanos:

Na mesma reunião em que Salles propôs mudanças ao regramento ambiental, o então ministro da Educação, Abraham Weintraub disse: “odeio o termo povos indígenas. Odeio este termo. Odeio” (MORAES, 2020). A fala do ministro da Educação se encontra alinhavada a uma postura de governo que se sustenta na configuração do Outro não hegemônico como um sujeito miserável, não-humano, um entrave ao desenvolvimento, um verdadeiro inimigo do Estado (FOUCAULT, 1993). O Outro como um inimigo, cinde com as possibilidades dialéticas de diálogo e o circunscreve em perímetros da diferença, do outro lado da margem como preconiza Mignolo. Essa noção da diferença como inimiga norteia de modo fundamental as políticas ambientais, que passam a vigorar não em defesa de seus objetivos legais, mas na proteção dos interesses capitalistas em que se encontra ancorado o extrativismo predatório da terra, de seus recursos e de seus povos (MISSIATO, Leandro, Et al, 2021, p. 91).

Essa é uma situação que está causando sofrimento e dor aos povos e comunidades tradicionais da Amazônia, uma “cortina de fumaça” (PAJOLLA, 2021, apud ASTRINI, 2021) que tenta encobrir as graves violações de Direitos Humanos que estão sendo praticadas, conforme a denúncia da liderança indígena Luana *Kumarua*, do baixo rio Tapajós, no oeste do Estado do Pará:

São coisas que a gente está vivenciando na pele. Aquela reunião ministerial que o ministro Salles fala em passar a boiada, de fato eles aproveitaram o período da pandemia [para tentar flexibilizar leis ambientais]. Além [disso], a gente tem que sobreviver a essa desgraça que foi o coronavírus. A gente tem que sobreviver aos conflitos territoriais. Porque continuam os avanços, continuaram as ameaças dentro do território, continuaram os madeireiros, garimpeiros os sojeiros atuando, avançando, tramitando os papéis

entre eles para regularizar [crimes ambientais e contra os povos indígenas]. Eles literalmente estavam deixando passar a boiada. O governo do Bolsonaro é um governo fascista, genocida declarado (LUANA KUMARUARA, 2020 apud SILVA MACHADO, 2021, p. 149).

Uma denúncia que é partilhada por indígenas de outras etnias, como a que é feita por Adenilson *Borari*, também da região do oeste do estado do Pará:

A atual gestão do governo representa tudo que a gente não queria, porque a gente conseguiu perceber que no dia a dia com o atual governo as ameaças aumentaram, a tentativa de instalar projetos sem consulta aumentou também, as ameaças das lideranças aumentaram, o preconceito e o racismo contra indígenas aumentou, né? Então, digamos assim, é um momento muito desfavorável para os povos indígenas com a atual gestão de governo, porque desde a campanha dele, ele dizia que não ia demarcar um centímetro da terra indígena (ADENILSON BORARI, 2020 apud SILVA MACHADO, 2021, p. 149).

Essa postura e ação do governo federal objetiva avançar com os interesses do agronegócio, pois “desde quando tomou posse em primeiro de janeiro de 2019, Jair Bolsonaro mostrou-se disposto a incentivar e a apoiar a ampliação da fronteira agrícola do país à custa das Áreas Protegidas já demarcadas e por demarcar” (VERDUM et al, 2019, p. 86). Sua crítica se voltou especialmente para as Terras Indígenas (TI) e Unidades de Conservação (UC). Por esse motivo a Amazônia se tornou o centro das ações do governo, devido as grandes TI e UC estarem presentes nela. A “política militar” (MATHIAS, et al, 2019) serve a esse interesse e avança com esses propósitos, tornando a militarização da Amazônia efetiva.

Este foi um dos seus principais compromissos de campanha eleitoral, e que segue sendo implementado e defendido mesmo após as críticas recebidas internamente no país e em nível internacional, quando deu início ao desmonte do aparato institucional de proteção ambiental, e houve um crescimento descomunal da área

desmatada e queima de matas e florestas no bioma Amazônico e em outros biomas desde quando tomou posse. Segundo dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE), a taxa anual consolidada pelo Projeto de Monitoramento do Desmatamento na Amazônia Legal por Satélite (PRODES) apontou o resultado de 7.536 km² de corte raso no período de agosto de 2017 a junho de 2018. Ainda segundo o INPE, as áreas de desmatamento corte raso nos meses de abril a junho/2019 acumulam o total de 1.907,1 km². Em 2018, foram registrados 1.528,2 km² no mesmo período, ou seja, observasse um crescimento de 24,8%. Já quando analisado o ano calendário do desmatamento, de agosto/2018 a junho/2019, o DETER aponta 4.574,9 km², valor 15,1% superior ao do período de agosto/2017 a junho/2018, que foi de 3.975,5 km². Disparados na frente estão os estados do Pará e do Mato Grosso (VERDUM et al, 2019, p. 86).

E com essa forma de atuação vêm as diversas atividades econômicas de exploração para a Amazônia, os verdadeiros efeitos da militarização da região. A exploração ilegal de madeira é um dos desdobramentos dessas ações. “Uma das atividades ilícitas que mais afeta as comunidades indígenas é o desmatamento, que, na verdade, envolve vários crimes diferentes” (ARDENGHI, 2020, p. 10). Isso causa prejuízos e fere o que está na legislação nacional.

Com efeito, a Lei Federal n. 9.605/98 contém várias hipóteses legais em que podem vir a enquadrar-se os atos ilícitos praticados no contexto do desmatamento e da exploração ilícita de madeira em Terras indígenas, como a destruição de floresta considerada de preservação permanente (artigo 38); o corte de árvores em floresta considerada de preservação permanente (artigo 39); o corte ou a transformação madeira de lei em carvão (artigo 45); e o desmatamento, a exploração econômica ou a degradação de floresta, plantada ou nativa, em terras de domínio público ou devolutas, sem autorização do órgão competente (artigo 50-A). Ao lado desses, também foi identificada a prática de outros crimes previstos na Lei Federal n. 9.605/98, como a receptação de madeira (artigo 46) e a poluição (artigo 54) (ARDENGHI, 2020, p. 10).

Mineração ou garimpo ilegal é outra atividade que vem causando grandes problemas, pois, “ao lado do desmatamento, a mineração ilegal ou garimpo talvez seja o crime que mais danos causem às comunidades indígenas, tendo em vista seus devastadores impactos socioambientais” (ARDENGHI, 2020, p. 13). São efeitos de grande impacto na vida dos povos da Amazônia. Os efeitos prejudiciais dessa atividade criminosa inserida no meio cultural tradicional indígena são sentidos de diversas maneiras, por exemplo, “o garimpo traz consigo um meio de vida perverso e perigoso, marcado pela violência e pela disseminação de doenças, além de uma intensa contaminação dos rios e de um processo de desmatamento bastante agressivo” (ARDENGHI, 2020, p. 13). Isso pode ser constatado a partir dos seguintes relatos:

As situações em que são ignorados, só intensifica a já existente preocupação por parte dos povos indígenas com a questão do garimpo, que ocorre principalmente no alto e no médio Tapajós. A pesquisa da Fiocruz apresenta dados alarmantes sobre essa questão: “Tem pessoas doente[s] na nossa região por contaminação de mercúrio. [...] Na região no município de Santarém, as pessoas estavam com problemas neurológicos por questão de contaminação com mercúrio no sangue e foi identificado que esse mercúrio estava no peixe” (Luana Kumaruara 2020). Sendo o peixe a maior fonte alimentar dos povos do rio Tapajós, acaba se tornando a principal fonte de contaminação pelo mercúrio que é eliminado durante a exploração garimpeira e vai para o rio. “Que a gente já está sofrendo direto o impacto da mineração no Tapajós a nossa água aqui já está toda cheia de mercúrio, e aí a gente come o peixe envenenado e a gente já vai se envenenando porque tem o mercúrio (Auricelia Arapiun, 2020). Consequências que colocam em risco o futuro dos povos indígenas do rio Tapajós, que ameaça as futuras gerações e a reprodução da cultura desses povos, pois ameaça a existência física deles (SILVA MACHADO, 2021, p. 81).

A usurpação de territórios e a respectiva violência derivada desse crime é outra consequência do que vem sendo implementado. “Além dos crimes ambientais, mas, de certa forma, associados a eles e a outros, as comunidades indígenas no Brasil ainda sofrem com a usurpação dos

seus territórios, tanto aqueles já reconhecidos administrativamente quanto aqueles ainda em processo de reconhecimento” (ARDENGHI, 2020, p. 16). Um crime que pode ser verificado no “artigo 52 da Lei Federal n. 6.766/79 (registrar indevidamente), comumente chamada de ‘grilagem’, quanto do artigo 20 da Lei Federal n. 4.947/66 (ocupar indevidamente) ou mesmo do artigo 171, §2º, I, do Código Penal (negociar imóvel alheio)” (ARDENGHI, 2020, p. 16). Essa é uma conjuntura vivida intensamente pelos povos indígenas “na Terra Indígena Alto Rio Guamá, nos municípios de Santa Luzia do Pará, Paragominas, Nova Esperança do Piriá e Garrafão do Norte, no Estado do Pará, onde os crimes ambientais são utilizados como meio para usurpação dos territórios” (ARDENGHI, 2020, p. 16).

Eis as ações incentivadas pelas medidas do governo federal:

A exemplo do que já vinha ocorrendo nos anos anteriores, as invasões a terras indígenas seguiram em grande volume no ano de 2020. A ocorrência de uma grave crise de emergência sanitária, a pandemia da Covid-19, que impôs uma série de restrições à circulação da população no Brasil e no mundo todo, não impediu que garimpeiros, madeireiros, fazendeiros, grileiros, praticantes de caça e pesca ilegal, entre outros, seguissem atuando ilegalmente nas terras indígenas. O discurso do presidente da República – favorável à exploração predatória das terras indígenas e à mineração dentro destes territórios – e as ações práticas do governo federal continuaram incentivando as violações aos territórios indígenas. Enquanto segue cumprindo sua promessa de “não demarcar um centímetro de terra indígena”, o governo federal adotou medidas como a Instrução Normativa (IN) 09/2020, publicada pela Funai em abril de 2020, que liberou a certificação de propriedades privadas sobre terras indígenas não homologadas – diminuindo assim a proteção a uma parte considerável das terras indígenas e criando uma diferenciação não prevista pela Constituição Federal (CIMI, 2021, p. 99).

O narcotráfico, a respeito de seus efeitos sobre as comunidades indígenas, acabou por se revelar mais difícil do que os demais crimes. “Quanto à dificuldade em relação aos demais crimes foi apenas a ausência de sistematização

da grande quantidade de informações obtidas, em relação ao narcotráfico o problema foi a própria falta de informações” (ARDENGLI, 2020, p. 19). É uma questão que precisa de mais aprofundamento para compreender sua atuação na Amazônia e sua relação com o processo de militarização.

Sobre o narcotráfico, sabe-se que os Estados do Mato Grosso, para cocaína, e Mato Grosso do Sul, para a maconha, são as principais portas de entrada de drogas no Brasil. Tal conclusão é extraída de dados do Relatório Mundial sobre Drogas (2020) da UNODC sobre os principais produtores de drogas na América Latina, associados às informações sobre as maiores apreensões realizadas no Brasil. Porém, não se obteve nenhuma informação que relacione narcotráfico e comunidades indígenas nas referidas regiões, mesmo sendo o Mato Grosso do Sul o segundo em população indígena no país [...] um importante e completo estudo sobre o narcotráfico na região revela que, por ser a cocaína produzida na Bolívia introduzida pela fronteira com o Mato Grosso e a da Colômbia destinada principalmente aos Estados Unidos, a droga que ingressa no Brasil pela Tríplice Fronteira Norte vem, principalmente, do Peru, onde vivem indígenas da etnia Tikuna, assim como no Brasil (ARDENGLI, 2020, p. 19).

Essas questões demonstram que “a Amazônia foi e tem sido alvo de muitos ataques. Como se não bastassem a grilagem, a extração ilegal de madeiras, os garimpos e os grandes fazendeiros (latifundiários) que promovem no dia a dia a violência no campo contra os povos da Terra, esses sujeitos colaboram com um sistema predatório em nome da ganância e dos lucros, passando por cima de qualquer direito humano” (SANTOS & CAMPOS, 2020, p. 50). São ações sentidas intensamente por aqueles que estão em defesa da floresta, de uma vida em harmonia com a natureza, povos e comunidade que necessitam do respeito aos seus Direitos.

Importante apontar para questões que ajudem a refletir sobre a relação dessas atividades com a militarização da Amazônia: existe relação entre a militarização e essas práticas predatórias? se existe como isso se dá? São perguntas para estudo que possam aprofundar a verificação sobre essa ligação.

ÚLTIMAS CONSIDERAÇÕES

É urgente fazer frente a “política militar” (MATHIAS, et al, 2019) e seus aliados “ultra-neoliberais” (TUBINO et al, 2020). “Faz-se necessário descolonizar o imaginário para além de reivindicações institucionais, que dependem do Estado. O governo precisa governar para o povo ouvindo suas necessidades e validando seus saberes” (MISSIATO, Leandro, Et al, 2021, p. 99). É necessário aprender com os povos da floresta alternativas que vão além do que está em prática com o atual governo.

O Bem Viver desponta como um caminho possível e urgente de diálogo coletivo entre cidade, campo e floresta. O debate sobre direitos da Natureza, pós-extratativismo, devem ser vinculados ao ideal de uma sociedade do Bem Viver, que leve em conta os saberes ancestrais, absorvendo também o que há de melhor na modernidade para a construção de um mundo novo. Somente assim, podemos compor outros sentidos de vida que superem a lógica de extermínio, não apenas do atual governo, mas também do próprio sistema capitalista (MISSIATO, Leandro, Et al, 2021, p. 99).

Essa é uma perspectiva que está sob graves ataques por ser uma forma de contrapor não apenas as práticas do atual governo, mas também por apresentar uma alternativa frente ao capitalismo. Por isso as pautas que objetivam avançar com a visão do Bem Viver estão sob ataque, como nos diz Luana Kumarara:

Como um presidente da República só do fato de dizer que não demarcaria 1cm de terra indígena, nos discursos dele de campanha já era algo para agradar ao público que não gosta da gente [povos indígenas], que são os ruralistas. E ele declarando isso, um

presidente que diz que vai botar a arma na mão dos ruralistas, já está declarando guerra. Daí quando ele foi eleito, ele só está cumprindo com tudo que ele prometeu. Ele fomenta o ódio aos povos indígenas. Então, desde que Bolsonaro assumiu, a gente não avançou em nada, não só na questão do território, [mas também em] outras questões. A gente só tem tentado assegurar, garantir que não aconteça nenhum retrocesso que a gente conquistou até aqui, que nossas antigas lideranças conquistaram. A gente hoje tem Joênia Wapichana dentro do Congresso e, se não fosse isso, a gente estaria numa situação muito, muito pior, porque ela consegue, mesmo em cima da hora, nos comunicar [sobre votação de projetos] e a gente [consegue] fazer mobilização, mesmo que pelas redes sociais, para pressionar os deputados que estão lá para vetar ou para não aprovar mesmo [de projetos] (SILVA MACHADO, 2021, p. 147, apud LUANA KUMARUARA, 2020).

Por fim, é necessário fortalecer a luta dos povos que estão na Amazônia, fortalecer quem possui conhecimentos que podem ajudar a humanidade a encontrar alternativas que consigam desenvolver um relacionamento harmônica com a natureza, alternativas que estão sendo duramente perseguidas. É necessária a construção de estratégias amplas para fazer frente à atual militarização da Amazônia e suas consequências.

REFERÊNCIAS

ARDENGGHI, Ricardo Pael. 2020. Análise do impacto do crime transnacional organizado sobre as comunidades indígenas da América Latina: o caso do Brasil. Disponível em: <https://www.elpaccto.eu/wp-content/uploads/2021/04/Libro-ElPacto-Brasil.pdf>. Acesso em: 15 dez/2021.

BARBOSA, Lisa. 2020. Conselho da Amazônia e Operação Verde Brasil: militarização ambiental? Disponível em: <http://observatorio.repri.org/2020/11/03/conselho-da-amazonia-e-operacao-verde-brasil-militarizacao-ambiental/>. Acesso em: 15 dez/2021.

BIANCHEZZI, Clarice; SILVEIRA, Diego Omar da; & MEDEIROS, Mônica Xavier de. 2015. Problemas para o tempo presente: a ditadura e o genocídio de indígenas na Amazônia. Uma entrevista com *Maiká Schwade*. TALLER (Segunda Época). Revista de Sociedad, Cultura y Política en América Latina Vol. 4, N° 5.

BRASIL. 1988. Constituição da República Federativa do Brasil. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1988/constituicao-1988-5-outubro-1988-322142-publicacao-riginal-1-pl.html>. Acesso em: 15 dez/2021.

----- 2005. Decreto no 5.484, de 30 de junho de 2005. Aprova a Política de Defesa Nacional, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília. Disponível em: <http://goo.gl/JaTztr>. Acesso em: 8 dez. 2021.

----- 2008. Decreto no 6.703, de 18 de dezembro de 2008. Aprova a Estratégia Nacional de Defesa, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6703.htm. Acesso em: 8 dez. 2021.

----- 2009. Ministério da Integração Nacional Programa de Promoção do Desenvolvimento da Faixa de Fronteira. Brasília: MI. Disponível em: <http://goo.gl/rVOo2Z>. Acesso em: 8 dez. 2021.

----- 2012. Política Nacional de Defesa; Estratégia Nacional de Defesa. Brasília. Ministério da Defesa. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/ENDPND_Optimized.pdf. Acesso em: 8 dez. 2021.

----- 2014. Comissão Nacional da Verdade (CNV). Texto 5 - Violações de direitos humanos dos povos indígenas, in Relatório da Comissão Nacional da Verdade. V. II. Brasília. pp. 203-262. Disponível em: http://www.cnv.gov.br/images/pdf/relatorio/volume_2-digital.pdf. Acesso em: 8 dez. 2021.

----- 2014. Ministério da Integração Nacional Programa de Promoção do Desenvolvimento da Faixa de Fronteira. Brasília: MI, 2009. Disponível em: <http://goo.gl/rVOo2Z>. Acesso em: 15 dez/2021.

----- 2019. DECRETO Nº 10.022 DE 20 DE SETEMBRO DE 2019. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/d10022.htm. Acesso em: 8 dez. 2021.

----- 2020. Política Nacional de Defesa (PND) e a Estratégia Nacional de Defesa (END). Ministério da Defesa. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/assuntos/copy_of_estado-e-defesa/pnd_end_congresso_.pdf. Acesso em: 8 dez. 2021.

----- 2020. DECRETO Nº 10.239, DE 11 DE FEVEREIRO DE 2020. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/d10239.htm. Acesso em: 8 dez. 2021.

----- 2020. DECRETO Nº 10.539, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2020. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/decreto-n-10.539-de-4-de-novembro-de-2020-86277157#:~:text=1%C2%BA%20Fica%20autorizado%20o%20emprego,nos%20Estados%20da%20Amaz%C3%B4nia%20Legal>. Acesso em: 8 dez. 2021.

----- 2021. DECRETO Nº 10.730, DE 28 DE JUNHO DE 2021. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/decreto-n-10.730-de-28-de-junho-de-2021-328509198>. Acesso em: 8 dez. 2021.

BRUSTOLIN, Vitelio Marcos. 2014. Dimensões e aplicações do Orçamento de Defesa do Brasil. Mural Internacional v. 5. n. 1. JAN-JUN. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/muralinternacional/article/view/7574/9209>. Acesso em: 15 dez/2021.

CARDOSO, Alessandra; SARAIVA, Leila, GERBASE, Livi; & OLIVEIRA, Tatiana. 2020. Recursos anticorrupção e militarização da política socioambiental na Amazônia. Disponível em: <https://www.inesc.org.br/wp-content/uploads/2020/08/MILITARIZA%C3%87%C3%83O-DA-AMAZONIA-final.pdf>. Acesso em: 15 dez/2021.

CIMI, Conselho Indigenista Missionário. 2021. RELATÓRIO Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil DADOS DE 2020. Disponível em: <https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2021/11/relatorio-violencia-povos-indigenas-2020-cimi.pdf>. Acesso em: 15 dez/2021.

CNBB, Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. 2021. O desmonte do estado brasileiro: Desafios da conjuntura. Disponível em: <https://www.cnbb.org.br/wp-content/uploads/2020/09/O-DESMONTE-DO-ESTADO-BRASILEIRO-16.06.21.pdf>.

CORTINHAS, Juliano da Silva & VITELLI, Marina Gisela. 2020. Limitações das reformas para o controle civil sobre as forças armadas nos governos do PT (2003-2016). Rev. Bras. Est. Def. v. 7, n° 2, jul./dez, pp. 187-216. Disponível em: <https://rbed.abedef.org/rbed/article/view/75239>. Acesso em: 15 dez/2021.

FAGUNDES, Murilo. 2021. Poder360 mostra ação do Exército na Amazônia; assista. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/brasil/poder360-mostra-acao-do-exercito-na-amazonia-assista/>. Acesso em: 15 dez/2021.

FARIAS, Elaize. 2014. Amazônia real: "herança" da ditadura militar no país ainda permanece na Amazônia. Disponível em: <http://hutukara.org/index.php/noticias/direitos>.

-indigenas/704-amazonia-real-heranca-da-ditadura-militar-no-pais-ainda-permanece-na-amazonia. Acesso em: 15 dez/2021.

FRANCO, Luiza & ODILLA, Fernanda. 2018. Como militares ganharam protagonismo inédito no Brasil desde a redemocratização. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-44325522>. Acesso em: 15 dez/2021.

IBGE-INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Anuário estatístico do Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 1963-1990. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=720&view=detalhes>. Acesso em: 18 janeiro 2019.

JUSTIFICANDO. 2018. Militarização do governo Temer se consolida com a efetivação de general militar na Defesa. Disponível em: <http://www.justificando.com/2018/06/13/militarizacao-do-governo-temer-se-consolida-com-a-efetivacao-de-general-militar-na-defesa/>. Acesso em: 15 dez/2021.

MARCHESINI, Lucas. Em 70 órgãos, militares ocupam 18,3% dos 14,6 mil cargos comissionados no governo Bolsonaro. Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/em-70-orgaos-militares-ocupam-183-dos-146-mil-cargos-comissionados-no-governo-bolsonaro>. Acesso em: 04 abr/2022.

MATHIAS, Suzeley Kalil; ZAGUE, Jose Augusto; & SANTOS, Leandro Fernandes Sampaio. 2019. A política militar brasileira no governo Dilma Rousseff: o discurso e a ação. OPINIÃO PÚBLICA, Campinas, vol. 25, n° 1, jan-abr., pp. 136-168. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/op/a/7CrYtjxqpVbDWkj6W63gfJF/?lang=pt>. Acesso em: 15 dez/2021.

MAZUI, Guilherme. 2018. Jair Bolsonaro é eleito presidente e interrompe série de vitórias do PT. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/eleicoes/2018/noticia/2018/10/28/jair-bolsonaro-e-eleito-presidente-e-interrompe-serie-de-vitorias-do-pt.ghtml>. Acesso em: 15 dez/2021.

MILANEZ, Felipe (Org.). 2015. Memórias sertanistas: cem anos de indigenismo no Brasil. São Paulo: Edições Sesc São Paulo.

MIRANDA, Camila Barbosa Monção. 2017. Ditadura militar e Amazônia: as promessas desenvolvimentistas de um governo autoritário.

----- 2018. Ditadura Militar e Amazônia: Desenvolvimentismo, representações, legitimação política e autoritarismo nas décadas de 1960 e 1970 / Camila Barbosa Monção Miranda. Dissertação de Mestrado. Manaus: Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal do Amazonas.

MISSIATTO, Leandro Aparecido Fonseca; SILVA, Leila Gracieli da; CARVALHO, Fábio Rodrigues; DENES, Daylan Maykiel; & MISSIATTO, Héverton Magno. 2021. A colonialidade nas políticas ambientais do governo Bolsonaro e a inversão dos órgãos de defesa do meio ambiente. MARGENS - Revista Interdisciplinar Dossiê Margens, Poder e Insurgência na América Latina. VOL.15. N. 24. Jun. pp. 85-102. Disponível em: https://periodicos.ufpa.br/index.php/revista_margens/article/view/10049/7564. Acesso em: 15 dez/2021.

MONTEIRO, Tânia & NOSSA, Leonencio 2012. Dilma dá a militares mais espaço dentro do Planalto. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/172-noticias/noticias-2012/512841-dilma-da-a-militares-mais-espaco-dentro-do-planalto>. Acesso em: 15 dez/2021.

NAPOLITANO, Marcos. 2014. 1964: A história do regime militar brasileiro. São Paulo: Contexto.

NASCIMENTO, Mauro Ceza Nogueira do. 2011. Uma década de gastos orçamentários na área de defesa nacional - 2000 a 2010: análises e tendências. Revista Brasileira de Planejamento e Orçamento. Brasília. Volume 1, nº 1, 2. pp 43 - 57.

NOZAKI, William. 2021. A Militarização da Administração Pública no Brasil: projeto de nação ou projeto de poder? Fórum Nacional Permanente de Carreiras Típicas de Estado (Fonacate). Disponível em: <https://fpabramo.org.br/observabr/wp-content/uploads/sites/9/2021/05/Cadernos-Reforma-Administrativa-20-V4.pdf>. Acesso em: 15 dez/2021.

PAJOLLA, Murilo. 2021. Militarização da Amazônia é "cortina de fumaça" para desmatamento, diz ambientalista. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/07/06/militarizacao-da-amazonia-e-cortina-de-fumaca-para-desmatamento-diz-ambientalista>. Acesso em: 15 dez/2021.

PIRES, Henrique Ewerton. 2019. Orçamento em defesa no Brasil: uma visão história até os dias atuais. Dissertação de Mestrado apresentada a Faculdade de economia, administração e contabilidade da UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/35575>. Acesso em: 8 dez. 2021.

RODRIGUES, Douglas. 2020. Operação das Forças Armadas na Amazônia custará R\$ 60 milhões. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/brasil/operacao-das-forcas-armadas-na-amazonia-custara-r-60-milhoes/>. Acesso em: 15 dez/2021.

SANTOS, Maria José dos; & CAMPOS, Raione Lima. 2020. A Amazônia e o direito à existência de seus povos. In: Atlas de Conflitos Socioterritoriais Pan-Amazônico. Disponível em: http://www.forosocialpanamazonico.com/wp-content/uploads/2020/09/PT_Atlas_de_Conflitos_Socioterritoriais_Pan-Amazonico.pdf. Acesso em: 15 dez/2021.

SANTOS, Rafael. 2021. Mais de 6 mil militares já exercem funções civis no governo federal, diz TCU. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2020-jul-17/mil-militares-exer-cem-funcoes-civis-governo-federal>. Acesso em: 15 dez/2021.

SCHERMA, Márcio Augusto. 2016. Políticas de defesa e segurança para as fronteiras nos governos Lula e Dilma. Boletim de Economia e Política Internacional | BEPI | n. 22 | Jan./Abr.

SCHWERTNER, Camila Heineck. 2015. Amazônia em Foco: Uma Análise das Políticas Brasileiras de Preservação da Região. Revista Perspectiva. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0034-7167-2015-006-Amazonia-em-foco-uma-analise-das-politicas-brasileiras-de-preservacao-da-regiao.html>. Acesso em: 15 dez/2021.

_____. 2021. Amazônia em Foco: Uma Análise das Políticas Brasileiras de Preservação da Região. In Revista Perspectiva: reflexões sobre a temática internacional / Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Centro Estudantil de Relações Internacionais. Ano 14, n. 26 (jan./jun. 2021) - Porto Alegre: UFRGS/FCE/CER. pp 9-32.

SILVA MACHADO, Vinícius da. 2019. Práticas estatais documentadas: do relatório Figueiredo aos 30 volumes do indigenismo brasileiro. Dissertação de Mestrado. Belém:

Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal do Pará. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/19CWd6oOXeZDJDgiOlXGZafbyGv7mjYHs/view>. Acesso em: 8 dez. 2021.

_____. 2021. Vozes indígenas do rio Tapajós. In: Vozes do Tapajós: Perspectivas indígenas sobre projetos de infraestrutura planejados. Disponível em: https://www.gfbv.ch/wp-content/uploads/vozes-do-tapajos_relatorio_portugues.pdf. Acesso em: 15 dez/2021.

SOARES, Gabriella. 2020. Gastos militares na Amazônia crescem 178%, mas não contém desmatamento. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/brasil/gastos-militares-na-amazonia-crescem-178-mas-nao-contem-desmatamento/>. Acesso em: 15 dez/2021.

TRE-PR. 2019. Emenda Constitucional nº 95 (EC 95) - Limite dos gastos públicos. Disponível em: <https://www.tre-pr.jus.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/gestao-orcamentaria-financeira-e-fiscal/emenda-constitucional-no-95-ec-95-limite-dos-gastos-publicos>. Acesso em: 15 dez/2021.

TUBINO, Nilton Luís Godoy; SAUER, Sérgio; & LEITE, Acácio Zuniga. 2020. Agenda política da Terra no governo Bolsonaro. Revista da ANPEGE. v. 16. nº. 29, pp. 285 - 318. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/346273877_Agenda_politica_da_terra_no_governo_Bolsonaro. Acesso em: 15 dez/2021.

VALENTE, Rubens. 2017. Os fuzis e as flechas: história de sangue e resistência indígena na ditadura. São Paulo: Companhia das Letras.

VERDUM, Ricardo. 2019. A contra-estratégia conservadora e neoliberal sobre os direitos dos Povos Indígenas e Comunidades Tradicionais no Brasil. In Genocídios Silenciados. Disponível em: https://www.iwgia.org/images/publications/new-publications/IWGIA_informe_27_Genocidios_Silenciados_Brasil_2019.pdf. Acesso em: 15 dez/2021.



A ESCALADA MILITAR AO GOVERNO E SUAS CONSEQUÊNCIAS PARA A AMAZÔNIA

Vinicius Brito da Silva Machado

■■■ HEINRICH BÖLL STIFTUNG
RIO DE JANEIRO
Brasil

